



A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Declaro aberta a 46^a Reunião da Comissão de Infraestrutura, em conjunto com a 53^a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

Antes de iniciarmos a pauta, convido para comporem a Mesa, como convidados desta audiência pública, as seguintes autoridades:

- Exm^o Sr. Governador do Estado, Simão Jatene. Solicito ao Senador Flexa Ribeiro, à Senadora Marinor e ao Senador Mário Couto que encaminhem S. Ex^a à mesa;

- Exm^o Sr. Alberto Pinto Coelho, Governador em exercício do Estado de Minas Gerais, que será acompanhado pelo Senador Aécio Neves;

- Sr. Murilo Ferreira, Diretor Presidente da Vale;

- Sr. Claudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, representando o Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão;

- Sr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram);

- Sr. Anderson Costa Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores (Amib).

Agradeço a presença de todos os senhores. Quero dizer que nesta 46^a Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em conjunto com a 53^a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, trataremos da sistemática da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), em atendimento aos Requerimentos nºs 56, de 2011-CI, 45 e 73, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, e nº 75, de 2011-CAE, de autoria dos Senadores Waldemir Moka e Delcídio do Amaral, a quem cumprimento pela iniciativa.

Senhoras e senhores, estamos diante de uma relevante audiência pública realizada nesta Casa por esta Comissão. Pelo imenso potencial das reservas brasileiras, o setor mineral pode contribuir mais fortemente para o nosso desenvolvimento sustentável. Para isso, é preciso aprofundar o conhecimento e a análise das reservas minerais, enfatizar a gestão social e ambiental e aperfeiçoar o marco regulatório, para tornar mais eficientes e harmoniosos os procedimentos, notadamente os relativos à tributação e ao licenciamento ambiental.

No tocante ao marco regulatório, é necessário modernizar e harmonizar a legislação existente e, em particular, reduzir os conflitos entre as legislações ambiental e minerária. É preciso, também, delimitar com mais clareza as competências das três esferas de governo: União, Estados e Municípios.

O foro adequado para essa discussão é o Congresso Nacional. Cabe-nos, aqui, apreciar e votar projetos de lei que preencham as lacunas existentes. Sabemos que o Poder Executivo deve enviar ao Legislativo, em breve,



sua nova proposta de Código de Mineração, além de outras duas importantes iniciativas esperadas: a que cria a agência reguladora para o setor, em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e o projeto sobre a cobrança das compensações financeiras pela exploração mineral.

Este último assunto já tem sido objeto de ação parlamentar: estamos analisando, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, dois projetos muito significativos – o primeiro, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e o segundo, do Senador Clésio Andrade –, ambos propondo mudanças na Cfem. Seus relatores, presentes aqui ao meu lado, a quem cumprimento com muita alegria, companheiros Senadores Aécio Neves e Eduardo Braga, já se debruçaram sobre o tema e aqui estão para contribuir com os debates.

Esta audiência pública, portanto, é fruto da necessidade de aprimorar a discussão sobre o assunto, que muito repercutirá não somente aos Estados e Municípios diretamente beneficiados, mas ao Brasil como um todo. Esperamos, assim, que os debates aqui hoje sejam extremamente produtivos.

Informo aos senhores que, para o melhor andamento dos trabalhos, vou conceder o tempo de dez minutos para cada convidado com tolerância de cinco minutos. Solicito a compreensão dos participantes para o estrito cumprimento do tempo, uma vez que temos Ordem do Dia, com pauta deliberativa, no plenário do Senado a partir das 16 horas. Informo ainda que o Sr. Murilo Ferreira irá ausentar-se desta reunião antes do término, por motivo de viagem já agendada.

Concedo a palavra ao Exmº Sr. Murilo Ferreira, Diretor Presidente da Vale.

V. Sª dispõe de dez minutos com tolerância de mais cinco.

O SR. MURILO FERREIRA – Exmª Srª Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Exmº Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará, Exmº Sr. Governador em exercício Alberto Pinto Coelho, Governador do Estado de Minas Gerais, senhoras e senhores, demais autoridades presentes, é com grande satisfação que vimos participar desta reunião de audiência pública conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura e Assuntos Econômicos do Senado, cujo objetivo é discutir propostas de aperfeiçoamento da legislação em vigor relativa à mineração, de modo especial, a Cfem.

Como sabem os senhores, a mineração é um setor de extrema relevância para o desenvolvimento do País. A contribuição do setor mineral para a formação do superávit da balança comercial, ao longo desses últimos anos, dez anos, da nova década, alcançou a impressionante marca de R\$104 bilhões. Porém, a cada notícia que as exportações dos produtos primários crescem, de forma mais acentuada do que as exportações de produtos manufaturados, muitos parecem considerar que se trata de mal-estar econômico.



Na verdade, a parcela mais expressiva do superávit da balança comercial que vem se acumulando desde 2002 está vinculada às exportações dos produtos direta ou indiretamente intensivos em recursos minerais. A entrada da China e da Índia no comércio global, assim como de outros países emergentes, modificou profundamente a estrutura de oferta e demanda de serviços em um número imenso de mercados. É notória a mudança de patamar do consumo de produtos intensivos em recursos minerais.

Gostaria de lembrar que, quando um projeto de mineração é implantado em determinado Município, há a geração de uma série de impactos positivos para a economia local e regional, destacando-se aumento dos níveis de emprego e da massa salarial; desenvolvimento da infraestrutura que servirá tanto ao projeto, quanto aos cidadãos, como estradas, ferrovias e portos; significativa elevação do salário médio real e melhoria de condições gerais de emprego; expansão da base tributada, permitindo a melhoria dos serviços; criação de um ambiente propício ao desenvolvimento econômico e social local e regional; articulação da demanda de mão de obra não só pelo empreendimento, mas também pelos demais projetos catalisadores e pela injeção de recursos.

De modo geral, pode-se observar que esses investimentos contribuem para a formação de um crescimento econômico nos Municípios onde estão localizados. Não se pode, contudo, achar que uma taxa de crescimento muito elevada do produto *per capita* observada em determinado período de implantação e no início de operação dos investimentos vá perdurar por décadas e garantir níveis duradouros de prosperidade para determinada comunidade. Para se projetarem as possibilidades de crescimento econômico dos Municípios, das regiões e dos países, é necessário compreender a natureza dos ciclos econômicos e seus impactos de longo prazo.

Os Municípios brasileiros que forem beneficiados por grandes investimentos em mineração devem estar atentos ao fato de que esses projetos são capazes de gerar expressivos efeitos multiplicadores sobre suas economias, efeitos fiscais na cadeia produtiva, efeitos sobre o mercado de trabalho. Os efeitos multiplicadores serão mais elevados quanto maior for a capacidade empreendedora local para responder à expansão das novas oportunidades e negócios.

O crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento sustentável, o qual pressupõe a inclusão social com uma vasta gama de oportunidades para as pessoas. É uma tarefa política e institucional de extrema complexidade promover o desenvolvimento sustentável das áreas com baixo grau de desenvolvimento. Há muitos preconceitos quanto à possibilidade de um município com base econômica em atividades de mineração vivenciar um processo de desenvolvimento sustentável. Na verdade, em quase todos os Municípios menos desenvolvidos do País onde está localizado um projeto de mineração, os benefícios socioeconômicos são muito expressivos. O salário



médio, na fase de operação plena carga, chega a ser até cinco vezes superior ao que prevalecia até a economia formal. A arrecadação do município tende a se multiplicar por dez. O mercado de trabalho se dinamiza, diversifica-se, e sua infraestrutura econômica e social moderniza-se.

A Vale, preocupada com o futuro dos Municípios mineradores, inclusive para quando chegar a fase de exaustão de suas atividades, tem procurado estimular a diversificação da base produtiva desses Municípios, através da incorporação de novas atividades não relacionadas diretamente ao negócio mineral, respeitada a vocação regional. Apenas para citar um exemplo, em Itabira, onde nasceu a empresa há quase 70 anos, há, atualmente, para cada emprego na mineração, cinco empregos em outras atividades. Além disso, o município é considerado um dos três melhores de Minas Gerais em qualidade de vida. Durante duas décadas, as lideranças políticas e comunitárias da cidade vêm construindo e implementando, com o apoio da Vale, uma estratégia de diversificação de sua base produtiva. À medida que o tempo passa, tem sido declinante a posição relativa da mineração no conjunto de variáveis econômicas do Município de Itabira, que tende a se tornar um lugar central de prestação de serviços educacionais de qualidade e de medicina especializada no leste de Minas. O longo e penoso período de transformação socioeconômica de Itabira poderá ser encurtado em outros Municípios, através de intensa mobilização social e política endógena, por meio de processos de planejamento participativo.

No Pará, o Município de Parauapebas, onde se localiza a mineração de Carajás, ocupa, hoje, o primeiro lugar no Estado em termos de desenvolvimento socioeconômico, onde se consideram variáveis de emprego, renda, educação e saúde. Posição de destaque que foi também para o PIB *per capita* dos Municípios paraenses, onde se concentram grandes projetos de mineração e energia, como Parauapebas, Tucuruí, Marabá e outros. Este é um fato digno de registro, pois revela a capacidade que a mineração capitalista moderna tem para alavancar o processo de crescimento econômico.

Sabe-se que o processo de desenvolvimento de um país ou de suas regiões depende, de maneira inequívoca, de diferentes fatores, entre os quais se destaca o sistema tributário moderno, flexível, operacional, justo e simplificado. Nesse contexto, todos concordamos que é necessária a simplificação da apuração da base de cálculo do Cfem, a fim de fazer cessar os conflitos entre os dispositivos legais vigentes, com os consequentes embates administrativos desgastantes e inconclusos.

Além disso, acreditamos que a criação da Participação Especial, nos moldes do petróleo para mineração, não se sustenta devido à impossibilidade de se comparar dois setores econômicos tão distintos. A indústria da mineração tem peculiaridades que a tornam bastante sensível ao ambiente externo. As empresas mineradoras atuam em um mercado global de oferta e de demanda globalizadas,



enfrentando forte concorrência até mesmo no mercado regional e nacional, onde se localizam as minas.

Ademais, as estruturas do mercado de substâncias minerais apresentam diversas características e propriedades, e suas finalidades são muito diferentes.

Além disso, a comparação entre o petróleo e mineração, para fins tributários e fiscais, é extremamente problemática porquanto:

- No Brasil, o foco dos mercados difere: enquanto a produção petrolífera tem um mercado cativo no próprio País, no Brasil, o minério enfrenta concorrência em escala internacional;

- Inexiste política de incentivo fiscal para o setor mineral. O setor petrolífero tem, por exemplo, o Repetro, Repex e Repenec, e a indústria mineral não possui.

- As infraestruturas têm usos distintos: as do petróleo, como gasoduto, refinaria, não são compartilhados com outros. Na mineração, a logística, como estradas de acesso, ferrovias, portos, atende a outros interesses públicos: a população das comunidades, passageiros e cargas de terceiros;

- A arrecadação do setor de petróleo inclui a tributação por substituição até o consumidor final. No setor mineral não, a tributação ocorre em cada etapa da cadeia, como siderurgia, setor automotivo, linha branca.

- O prazo de exaustão de jazidas é comumente superior ao das reservas de petróleo, sendo, assim, maior o período no qual há pagamento de tributos e *royalties* na mineração. A produção de um campo de petróleo é feita em geral por 27 anos. Na mineração, é comum haver minas com bem mais de 40 anos, e várias delas ultrapassam 100 anos. Poderia citar diversas delas, mas tenho o tempo a observar.

- A recuperação ambiental é geralmente mais complexa e dispendiosa no setor mineral em comparação com o petróleo:

A carga tributária total atual setorial na mineração já é superior quando comparada à de países onde atuam grandes concorrentes das empresas mineradoras que operam no Brasil, gerando impacto sobre a competitividade do mercado internacional.

Vocês podem ver, por exemplo, que a BHP, Rio Tinto, Vedanta, Xstrata, as grandes mineradoras mundiais não estão no Brasil. Por que será? É preciso que se avalie cuidadosamente e de forma diferenciada o impacto da carga de impostos e tributos sobre os valores produzidos pagos pela indústria de minerais metálicos e não metálicos e no setor de recursos energéticos.

É fundamental manter-se uma geração de caixa adequada para garantir a sobrevivência das empresas mineradoras.

Em resumo, caberia ainda nesse passo a indagação: o que ocorrerá se o Brasil impuser um aumento da carga tributária sobre a indústria mineral nacional?



Devido ao caráter e à situação específica da mineração, com certeza, uma carga tributária e custos elevados e crescentes significariam uma vida útil cada vez menor para esses empreendimentos, com efeitos multiplicadores negativos sobre a vida econômica dos Municípios onde se localizam.

Por essas razões, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, temos certeza de que o caminho da construção conjunta de soluções, por meio da cooperação público-privada, gerará melhores e maiores resultados do que a adoção de uma sobrecarga tributária.

Eu gostaria de agradecer imensamente a oportunidade de estar aqui, e não pretendemos discutir especificidades técnicas do projeto do Senador Flexa Ribeiro e do substitutivo do Senador Aécio Neves, que, com espírito cívico, procuram propugnar em benefício dos Estados e Municípios mineradores. Entretanto, colocamos à disposição desta Casa os serviços especializados dos nossos técnicos e dos consultores, para, caso seja desejado, possam eventualmente colaborar para encontrar soluções que conciliem os interesses dos Estados e Municípios mineradores com os interesses das trajetórias empresariais progressistas das mineradoras, caminhando juntos para o desenvolvimento sustentável do Brasil e de suas regiões.

É com esse objetivo que devemos todos, empresas e Poder Público, trabalhar.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento o Sr. Murilo Ferreira e quero agradecer inclusive pela obediência do tempo, que nos ajuda bastante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Sr. Claudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pediria a V. Ex^a que distribuisse o pronunciamento do Dr. Murilo Ferreira, presidente da Companhia Vale.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Solicito à Comissão que faça essa distribuição.

Concedo a palavra ao Sr. Claudio Scliar.

O SR. CLÁUDIO SCLIAR – Agradeço o convite que a Senadora Lúcia Vânia nos fez, ao Ministério de Minas e Energia, para estarmos presentes



nesta audiência. O Ministro Edison Lobão teve de cumprir uma agenda no exterior, está na Europa, e solicitou-me que aqui viesse para apresentar alguns pontos quanto a essa questão da eficácia da sistemática da cobrança da Cfem, conforme é o título desta audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Cumprimentos todos os Senadores e todos os presentes.

(Apresentação em datashow.)

Conseguindo isto nesta Casa, que, obviamente, é a Casa da legislação brasileira, das leis brasileiras, de qualquer forma, Senadora, é importante deixar muito explícito, muito claro que estamos tratando desses bens que são da União, que são os recursos minerais. E a própria Constituição prevê a participação ou a compensação financeira pela exploração desses bens da União. Então, estamos tratando de algo que está normatizado de forma muito clara na Constituição.

Há um aspecto que eu gostaria de destacar, Senadora: neste período que nós temos aqui anotado, de dezembro de 2004 a julho de 2011, tivemos um crescimento grande, expressivo da arrecadação dos *royalties* da mineração, da Cfem. Isso tem que ver muito claramente com o aumento dos preços, em particular do ferro, dos bens minerais, mas também eu gostaria de destacar: há todo um processo de modernização muito forte havido no DNPM de 2003 para cá, e ele conseguiu ir cumprindo melhor suas tarefas de órgão gestor, fiscalizador e de cobrança da Cfem.

Eu gostaria de destacar que essa ampliação que temos, de 2004, de R\$260 milhões, para R\$1 bilhão, que é o que se tem hoje de recolhimento, tem que ver, sim, com o aumento do preço, em particular do ferro – dos minérios em geral, mas, em particular, do ferro, como veremos a seguir –, mas tem que ver também com o processo de modernização do DNPM, que precisa inclusive ser ampliado, ser aumentado, até com a proposta que temos.

Aqui há um aspecto importante referente ao último ponto, de 2010. De 2006 a 2010, considerando essa distribuição da arrecadação da Cfem pelos Estados brasileiros, vamos ter o destaque: como aqui está bem definido, inclusive pela Mesa, com o Governador e o Vice-Governador, o Estado de Minas Gerais, com um maior quantitativo, com R\$535 milhões, e o Estado do Pará, com R\$315 milhões.

E isso tem muito a ver com essa pequena figura ali embaixo, com o papel e a importância que o ferro tem ao se fazer a discussão da mineração no Brasil. Aí é bom – inclusive, o Dr. Murilo ainda não saiu, ainda está aqui. Mas não é questão de simplesmente se apontar a Vale; é porque realmente a produção de ferro no Brasil tem um papel muito expressivo. E ele é o presidente da maior empresa de ferro do mundo, uma das maiores do Brasil.

Mas há um aspecto que talvez seja importante tanto para os dois Estados mineradores quanto para muitos outros Estados. Há Municípios e



Estados que não produzem ferro, mas onde há a Cfem da água mineral, a Cfem da areia, a Cfem do chumbo, a Cfem de vários bens minerais expressivos, a qual, para aquele Município, é muito importante.

Então, na política em geral, na macroeconomia, não tenho dúvida nenhuma, a balança comercial brasileira é o ferro. No ferro é fundamental nós pensarmos. Mas nós temos de pensar também naqueles 30% restantes, quando se discute e se debate a questão dos *royalties* no Brasil.

Próximo, por favor.

Esse é um estudo que foi realizado por um economista mineral do DNPM aposentado, Dr. Felipe Quaresma, em 2009, que serviu como base para o Plano Nacional de Mineração 2030, que nós produzimos no Ministério. Inclusive, eu pedi e não sei se já lhes foi passado: nós trouxemos alguns exemplares para aqui, para todos os Senadores, e está disponível no *site* do MME. Esse estudo, sem fazer uma discussão de conjunturas de cada época – é claro que tem seus diferenciais as conjunturas econômicas e políticas de cada época – expressa, de forma muito evidente, como se deu esse diferencial do imposto único mineral, de 75 a 88, quando se tem uma cobrança de 1,30 por tonelada de minério bruto, e hoje, com a Cfem, o Brasil paga US\$0,26 a tonelada do minério bruto, com esse diferencial do ICMS.

É óbvio que qualquer economista, provavelmente, pode fazer uma série de argumentações no sentido de conjunturas diferentes, mas é um lado muito expressivo, nessas questões que nós estamos discutindo para esse bem mineral, que é tão expressivo para a mineração brasileira.

Próximo, por favor.

Aqui é um pequeno quadro de *royalties* no mundo, um pequeno quadro em que tiramos de vários autores vários estudos – inclusive um estudo do *El Nación*, que o Ibram contratou, fazendo um estudo no mundo inteiro, que o Instituto Brasileiro de Mineração do Brasil contratou, um quadro dos *royalties* no mundo inteiro, com alguns destaques.

Por exemplo, na Austrália, está ali o 7,5%, que é para o minério bruto. A Austrália tem uma política para, à medida que você tenha uma agregação, você ter uma redução dos *royalties*... (*falha na gravação.*) ...o ponto que se quer para uma riqueza que é extraída daquele País, com jazidas que são exauríveis, como o próprio Dr. Murilo aqui explicitou.

Seguindo, por favor.

Aqui há um dado – pode continuar – muito interessante neste quadro. Ele mostra uma variação de preços da principal bolsa de metais não ferrosos – alumínio, zinco, chumbo, cobre – do mundo, que é a Bolsa de Londres, a London Metal Exchange.

E mostra as variações que ocorreram nesse índice da bolsa do LME quanto a mudanças de *royalties* no mundo. Podemos ver perfeitamente que, em 2008 e em 2009, houve uma queda muito grande nos preços, refletindo a crise



internacional, uma grande crise de demanda no mundo. Os aumentos de *royalties* de participações especiais pelo mundo não afetaram o mercado dos metais. Houve demanda, houve quem comprasse, e esse mercado se manteve bem. É óbvio que, talvez, um foco, detalhando por semanas ou por mês, possa alterar algo nesse quadro, mas o quadro, no geral, demonstra como o *royalty*, em si, não vai afetar de forma tão forte o preço dos metais ou o mercado dos metais, que está muito relacionado à demanda. Se há quem compra, produz-se.

O próximo *slide*, por favor.

Esses são outros países em que também houve essas mudanças.

Há outros problemas que vemos do ponto de vista da Cfem hoje.

A forma de arrecadação gera incertezas e judicializações. É um problema seriíssimo a quantidade de judicializações em todas as instâncias do Judiciário brasileiro em relação à questão da Cfem. É preciso – e há certo consenso – que haja uma normatização; tanto leis quanto decretos têm de ser corrigidos.

A base de cálculo, muitas vezes, não guarda adesão com uma dinâmica de mercado. Muitas vezes, há variações muito grandes do ponto de vista de preço, e isso, praticamente, não reflete, do ponto de vista da cobrança da Cfem, em particular, em alguns bens minerais, em que o que é medido é o custo de produção, não a receita.

A diferenciação das alíquotas não respeita critérios técnicos ou econômicos. É uma questão séria. O nosso Legislativo, Congresso, Câmara, sem dúvida, terá um papel muito importante nessa discussão dos projetos de lei.

Essa temática, muitas vezes, pune a agregação de valor em território nacional. Falo da forma como o valor é calculado. São valores independentemente da agregação de valor ou não àquele minério. Em muitos outros países, há formas diferentes. No nosso País, como brasileiros, como gestores públicos ou como congressistas, temos de pensar formas inteligentes de fazer isso.

Não há diferenciação entre projetos comuns e projetos de elevada rentabilidade. Deixo bem claro: não se trata de comparar a petróleo, como o Dr. Murilo levantou aqui. Há especificidades de alguns bens minerais, e é perfeitamente possível pensarmos essas especificidades. Temos de pensar algumas regras gerais, mas também algumas regras que são mais específicas e que estão mais relacionadas a alguns tipos de depósito, de bens minerais, havendo alguns parâmetros para controlar isso.

Reproduzo o título: “A Eficácia da Sistemática da Cobrança da Cfem”. Eu diria que a sistemática da cobrança da Cfem, hoje, não é eficaz, no sentido do interesse nacional, no sentido do melhor retorno para Municípios, Estados e União. Nós, do Governo Federal, do Ministério de Minas e Energia, cumprimos uma trajetória de debates, de discussões e de muitos estudos, com uma enorme preocupação – eu gostaria de ressaltar, mais uma vez – de não prejudicar a competência das nossas empresas em disputar mercados onde quer



que seja. Mas, aqui, deve-se resguardar para o nosso povo uma ampliação dessa riqueza que está sendo extraída. Não queremos interferir e temos a certeza de que não vamos interferir. Nós, do Governo Federal, e o Congresso não vamos afetar a capacidade de nossas empresas de enfrentar os grandes do mundo. Como foi dito, talvez, algumas grandes empresas do mundo não tenham vindo para cá porque não tenham tido oportunidades aqui. Mas as oportunidades ocorrem cada vez mais no solo brasileiro, e é uma legislação transparente, correta, segura, que vai fazer com que mais e mais investimentos se deem no País.

Então, encerrando, gostaria de agradecer em nome do Ministro Edison Lobão e dizer que estamos finalizando esse projeto de lei, que já está na instância da nossa Presidenta, do nosso Ministro, para ser trazido para o Congresso e se somar a todas as iniciativas para termos realmente mudanças que são necessárias para todos nós, brasileiros, sejam as empresas, sejam os prefeitos, sejam os governadores, sejam a população.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Claudio Scliar e passo a palavra ao Sr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Da mesma forma, eu pediria que já fosse estendido a todos os nossos convidados que, ao final das exposições, ou até mesmo antes delas, fossem distribuídos às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o documento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pode ficar tranquilo V. Exª de que todo material aqui exibido será distribuído aos Srs. Senadores.

O SR. PAULO CAMILLO VARGAS PENNA – Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, em nome do Instituto Brasileiro de Mineração, eu gostaria de agradecer à Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura pelo convite formulado ao nosso Instituto. Gostaria de saudar aqui, muito especialmente, os integrantes da Mesa; o meu querido conterrâneo, atuante governador e senador de carreira brilhante na atividade pública brasileira, o Senador Aécio Neves. Gostaria de saudar também especialmente o Governador Jatene; o Prof. Claudio Scliar; meu prezado e querido amigo e governador em exercício de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho; o Prefeito Anderson Cabido, liderança importante na atividade que se integra hoje com a atividade mineral brasileira na busca do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento do nosso País.



Sou o terceiro a me pronunciar hoje e sempre com o problema de falar depois e repetir, muitas vezes, o que já foi coberto. De qualquer maneira, eu gostaria de apresentar uma sucessão de informações para os senhores sobre o panorama mineral brasileiro, mostrando onde a atividade mineral se situa, tanto no mundo, quanto no Brasil, nos próprios Municípios mineradores.

Em primeiro lugar, os riscos da indústria mineral brasileira e o ambiente de negócios. O ambiente de negócios da mineração exige estabilidade macroeconômica, custos fiscal e tributário, segurança jurídica, unidade de informações geológicas, transparência, acesso a financiamento, governança, infraestrutura, mão de obra e um ambiente regulatório estável e não discriminatório.

A atividade tem como risco o fato, por exemplo, de ser uma atividade cíclica – é sempre bom lembrar que a atividade mineradora brasileira teve essa exuberância mineral em períodos bastante distintos na sua história. Momentos como este que vivemos hoje vivemos nos anos 70, nos anos JK, na I Guerra Mundial e nas guerras napoleônicas. São espaçamentos de trinta, vinte anos, e muitas vezes a percepção geral é de que a atividade é sempre muito exuberante, sempre com preços e atratividade muito grande, o que não é a realidade.

O setor é um setor altamente competitivo. Despende grande capital para sua atividade. Não define preço de venda, pois não é cartorializado. E a atividade tem como risco os chamados riscos ambientais e sociais, além de não ter opções de saída – a atividade mineral sempre será atividade mineral, independentemente do momento econômico em que ela viva.

Este é um quadro que mostra claramente a geografia mineral no mundo. Mostra, de maneira clara e ostensiva, que o Brasil não está só, ou seja, o Brasil não está só na produção de minérios no mundo; ele tem fortíssima competição mundo afora. Talvez este seja o último quadro em que tenhamos a África ainda tão pouco coberta em atividade mineral, mas é um continente de grandes oportunidades, para onde, na busca de resultados mais adequados, muitas empresas do mundo todo estão acorrendo, inclusive empresas brasileiras. Mas o Brasil tem, claro, um papel importante no desenvolvimento não só da atividade mineral, como no desenvolvimento econômico.

Em primeiro lugar, quero lembrar que, em um mercado consumidor de mais de 140 milhões de habitantes, com um PIB superior a US\$900 milhões e uma área superior a 300 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, uma área em que há um efetivo potencial de descobertas de novos depósitos minerais, nós só temos Brasil, Rússia, Índia, China e Estados Unidos. Estamos falando de Estados Unidos mais Brics. Lembro, então, que a atividade mineral é uma atividade que tem como grande e talvez uma de suas melhores características sua grande capacidade de se articular com outras atividades econômicas. Ou seja, um projeto mineral nunca pode ser visto de maneira isolada, ele sempre traz consigo atividades econômicas que carregam desenvolvimento econômico e social para



onde se instalam, seja nos Municípios, seja nos Estados onde estão colocados. Isso pode ser visto tanto nos efeitos multiplicadores que a mineração carrega para trás ou também para frente, mostrando efetivamente que o fornecimento de insumo mobiliza uma infraestrutura importante, como também mobiliza atividades econômicas ao longo das diversas cadeias produtivas com as quais a mineração se articula.

Bom, esse é um quadro que mostra efetivamente qual é o papel do Brasil no mercado mundial de minérios. Os senhores conhecem sobejamente nosso papel como exportadores *player global* em nióbio, minério de ferro, manganês, tantalita, grafita, bauxita e rochas ornamentais, mas é importante destacar também nossa grande dependência externa, seja no fosfato, no potássio, no enxofre, em terras raras, em que o Brasil precisa necessariamente avançar, e avançar de uma maneira urgente, para superar inclusive a sangria no seu ativo, nos resultados que os cofres públicos vêm obtendo a partir da mineração.

Além disso, o setor tem uma contribuição importante na formação de mão de obra e também na multiplicação de postos de trabalho. Quer dizer, para cada emprego na mineração, Senador Aécio Neves, são constituídos treze outros em média, ao longo das cadeias produtivas. Mas eu também poderia dizer que para cada emprego perdido na mineração, nós perderíamos treze outros empregos ao longo das cadeias produtivas.

Bom, a evolução da produção mineral brasileira tem sido algo muito percebido no Brasil e no mundo, principalmente no início do século XXI. A partir de 2001, o Brasil sai do valor da produção mineral brasileira de US\$7,6 bilhões para US\$39 bilhões agora, em 2010. E com as projeções que temos, devemos chegar a US\$50 bilhões em 2011. O que significa isso? Significa que há uma combinação no aumento do preço das *commodities* sim, mas significativos aumentos da produção mineral brasileira, que vem fazendo com que tenhamos números tão expressivos.

Próximo.

E aí o papel que a mineração brasileira tem no saldo do comércio brasileiro. Em 2006, a mineração respondia por 14% do saldo da balança comercial; em 2007, respondeu por 25%; em 2008, 53%; em 2009, com a crise, nós reduzimos de 53% para 50%; e em 2010 – pasmem! –, chegamos a 136% do saldo da balança comercial brasileira. Ou seja, geramos caixa para setores que são importadores para setores que precisam da importação de insumos, de máquinas ou de equipamentos para o desenvolvimento do Brasil. Nossa projeção é que tenhamos para 2011 um crescimento significativo, um saldo de US\$33 bilhões, o que deve nos levar a cerca de 140% do saldo da balança comercial brasileira.

Próximo.

Esse é um quadro dos produtos exportados, com destaque para o minério de ferro – o Sr. Scliar abordou isso rapidamente –, pois 82% do saldo de



nossas exportações da mineração é de ferro, mas há um grande destaque, principalmente para o ouro, para o nióbio, para o cobre, para o silício, que têm um papel significativo na nossa carteira de exportação mineral.

Por outro lado, nós temos também importação de produtos que são importantíssimos para a economia brasileira, com destaque o carvão mineral, o coque siderúrgico, que não tem produção no Brasil, o Brasil só produz carvão energético, e para o cloreto de potássio, que é um dos mais importantes insumos da indústria agrícola, da indústria de fertilizantes do Brasil.

Os nossos investimentos para 2011/2015 serão de US\$68,5 bilhões, recorde na história brasileira. É o setor da mineração o setor privado que mais investe no Brasil. Para os senhores terem uma ideia, o setor privado da indústria do petróleo e do gás investe US\$36 milhões. O setor da mineração é quase o dobro da indústria do óleo.

Com a magnitude dessas informações, nós nunca temos uma visão clara do que significa US\$68, US\$65, US\$66 milhões, mas transformamos, materializamos esse investimento em produção, o que mostra que temos, no mínimo, um fator de duas ou três vezes a produção de diversos minérios que o Brasil produz hoje. Ferro, mica, alumínio, bauxita terão um impulso significativo nos próximos anos de 2011 a 2015.

Próximo.

Esses são os principais investimentos do setor mineral por Estado, os mais destacados investimentos que vamos ter nos próximos anos cinco anos, de 2011 a 2015, no Brasil. A liderança hoje é de Minas Gerais, que está alternando essa posição com o Pará à medida em que há lançamento de novos projetos. Hoje Minas responde por 36% desse investimento e o Pará, 35%.

Próximo.

Em função disso, é importante observar que a implementação desse projeto depende de um conjunto de fatores, ou seja, o Brasil tem grande dependência na mão de obra, no processo de licenciamento moroso, burocrático, caro e temos um grande entrave, que é a carga tributária brasileira. O Ibram encomendou uma consultoria internacional, à Ernst & Young, um estudo abrangendo 21 países, em que se analisa imposto de renda, *royalty*, imposto de valor agregado, PIS, Cofins, ICMS para os minérios: bauxita, carvão, caulim, cobre, ferro, fosfato, manganês, níquel, ouro, potássio, rochas ornamentais e zinco.

O primeiro analisado foi o potássio. O Brasil, hoje, importa 92% das suas necessidades de potássio, é o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo e é líder mundial em tributação em potássio. O Brasil importa cerca de 45% das suas necessidades de fosfato e ocupa o segundo lugar, levando em conta apenas imposto de renda, *royalty*, imposto de valor agregado em fosfato. Eu não conheço fórmula mais eficiente para não termos uma indústria de fertilizantes eficiente no Brasil do que essa. Ser liderança na importação de 92% das



necessidades de potássio, de cerca de 50% de fosfato e na carga tributária é uma fórmula imbatível para que a indústria de fertilizantes efetivamente não se instale no Brasil com os números atuais.

Próximo.

Bauxita. O Brasil tem a segunda posição no mundo em carga tributária. Em terceiro, cobre. Em primeiro lugar,... Em minério de ferro, o Brasil está em terceiro lugar, mas, sem querer parafrasear Claudio Coutinho, até nisso nós somos campeões morais, Senador Flexa. O primeiro lugar é da Venezuela, que tem uma produção de 22 milhões de toneladas de minério de ferro, que é uma produção, eu não diria insignificante, mas muito pequena. O segundo lugar é da China, que não exporta um grama de minério de ferro. Então, até nisso, onde o Brasil seria, sim, terceiro lugar, na verdade, ele se posiciona, no comércio internacional, em primeiro lugar.

É importante observar, e observar sempre, o Prof. Claudio Scliar colocava a questão do *royalty*, que você não pode, nas palavras de Montaigne, olhar a árvore sem olhar a floresta. Você não pode fazer uma análise de *royalty* sem analisar o conjunto dos encargos e, nisso, infelizmente, o Brasil tem se mostrado imbatível.

Próximo.

Níquel em primeiro lugar. Ouro em segundo lugar.

E essa é uma síntese dessa pesquisa que mostra a situação brasileira hoje, levando em conta apenas, repito, imposto de renda, *royalty* e imposto de valor agregado.

Se colocássemos folhas de pagamento, a questão da cumulatividade que impede a utilização de créditos e instrumentos de depreciação, o Brasil certamente estaria liderando toda a carga tributária mineral mundial.

Próximo.

Este é um assunto que o Prof. Scliar já colocou: a estimativa para 2001 é de que tenhamos uma arrecadação recorde de R\$1,3 bilhão em Cfem.

Próximo.

Este aqui mostra claramente e efetivamente a contribuição que a mineração traz para o desenvolvimento dos Municípios. Quer dizer, os Municípios mineradores têm sempre o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, acima dos Estados onde estão localizados. E o Índice de Desenvolvimento Humano captura informações sobre renda, educação e longevidade – expectativa de vida. Nesse contexto, a mineração tem um papel fundamental na formação de mão de obra e no desenvolvimento da educação dos Municípios.

Próximo.

E quanto aos pontos divergentes com relação a petróleo e gás, eu não vou cansar os senhores repetindo a manifestação do Presidente da Vale, que mostra que efetivamente o Brasil não pode comparar produtos tão distintos como o petróleo e os demais minerais. E numa atividade que é tão importante para o



desenvolvimento do Brasil e que nos coloca hoje efetivamente ameaçados caso tenhamos um significativo aumento dos encargos na atividade mineral brasileira.

Basicamente é isso. Eu quero me colocar à disposição para o debate com os senhores e colocar também o instituto à disposição de todos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Paulo Camillo Vargas Penna.

Concedo a palavra ao Sr. Anderson Costa Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil.

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar a Presidente da Comissão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Presidente da Vale está se retirando ou estará retornando?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim, ele se comprometeu estar conosco até às 15h30.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Perguntei a V. Exª se nós poderíamos alterar a ordem para que os Senadores pudessem fazer os questionamentos ao presidente, com a presença dele. Nós poderíamos ter alterado. V. Exª disse que ele ficaria até o final da reunião, após a exposição de todos os convidados. É importante que possamos fazer os questionamentos na presença dele, do Presidente da Vale.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim, Senador Flexa. Ele, ao receber o convite, deixou determinado que só poderia estar até as 15h30, porque está de viagem ao exterior.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pedi a V. Exª porque eu gostaria de questionar o presidente na presença dele. Ele poderia ter feito a sua palestra e, em seguida, abrir para os Senadores fazerem os seus questionamentos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mas essa organização foi discutida por todos nós, e será feita dessa forma até o final, Senador Flexa.

Com a palavra o Sr. Anderson Cabido...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu quero só registrar que vai prejudicar bastante...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Presidente da Associação dos Municípios Mineradores...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Se V. Exª me permite, Senadora Lúcia...



A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu gostaria de registrar que a audiência, pelo menos da parte que me diz respeito, vai ficar bastante prejudicada, porque eu tenho uma série de questionamentos para fazer ao Presidente da Vale, mas não vou ter a resposta dele.

Eu vou fazer um novo requerimento solicitando a presença do Presidente da Vale para que ele possa vir até aqui. Acho que vai frustrar todos porque ele seria a peça mais importante, sem demérito aos demais convidados, de responder aos questionamentos, até porque a leitura que ele fez do documento que trouxe, a presença dele seria substituída pela distribuição do documento. A resposta aos questionamentos, sim, seria importante para esclarecer aquilo que nós gostaríamos de ouvir do Presidente sobre as perguntas que faríamos com a sua presença.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª, Senador Flexa, sabe perfeitamente que foi V. Exª que determinou o dia desta audiência pública. Como estava determinado o dia 18, eu estive com o presidente, ele está de viagem marcada, ele me disse isso, que teria a oportunidade de vir até aqui e sair até às 15h30, que é o horário da viagem com que ele havia se comprometido.

Com a palavra a Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu não participei do momento de articulação desta audiência – o Senador Flexa estava fazendo isso –, mas eu queria deixar aqui o meu protesto, como Senadora eleita pelo Estado do Pará, que considero um Estado que tem bastante prejuízo, sobretudo os prejuízos socioambientais, em função da exploração do minério, que tem deixado sequelas irreparáveis para o povo da minha região, que inclusive vive, neste momento, por conta do abandono, do desrespeito à qualidade de vida, às condições de vida, uma situação até de tentativa de divisão territorial que eu considero uma questão grave para o debate não só da Amazônia, do Pará, mas de todo o Brasil.

É bom refletir sobre isso, e acho lamentável que o Presidente da Vale, que tem responsabilidade e que tem tido muito lucro em solos paraenses, no território paraense, não fique aqui para ser questionado e para ouvir as contraposições ao documento que fez, que deu conhecimento aos Senadores e aos convidados que aqui estão.

Quero deixar o meu repúdio a essa atitude. Eu não tinha conhecimento da forma como estava sendo organizada a audiência – sou integrante da Comissão, mas não necessariamente estava na organização da Mesa – e queria deixar aqui o meu protesto, porque não é de hoje que a Vale do Rio Doce, sobretudo depois que assumiu um papel de protagonismo privativo na minha região, vem deixando sequelas para o povo do Pará.



A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senadora Marinor, quando a Presidência tem a flexibilidade de adequar as agendas, nós o fazemos. Quando a agenda é definida, imposta, temos de usar os mecanismos que temos. Foi o que eu fiz. A data de hoje me foi colocada como uma data já predefinida, e eu não tive a oportunidade de ter flexibilidade na agenda para poder trabalhar um dia em que pudéssemos ter perguntas e respostas e a presença do Presidente da Vale.

O que eu posso dizer aos Srs. Senadores é que poderão ser feitas as perguntas, a Secretaria vai coletá-las e encaminhá-las. E ele poderá voltar aqui, naturalmente com outro convite...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu poderia ter feito uma carta para o Presidente da Vale, como Senadora da República, e ele teria me respondido. Não tem cabimento. A audiência é pública exatamente para expor as contradições e para que tenhamos a possibilidade de fazer a contra-argumentação, diante da presença do Governo, dos governadores, inclusive do meu Estado, que está presente aqui.

Eu acho que não é essa a metodologia. Eu acho que a Mesa precisa encontrar outra saída, realizar, se for necessário, em outro momento. Estou aqui não que não tenha outras atividades concomitantes de comissões e inclusive de plenário, que se inicia daqui a pouco, mas pela importância estratégica, política, histórica e cultural que tem a exploração de minérios, que está sob o comando da Vale do Rio Doce na minha região e no meu Estado, em especial.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de responder à Senadora Marinor que eu simplesmente posso “convidar”. É uma pessoa que eu não posso “convocar”. Eu fiz o convite, estabeleci a agenda predeterminada, e eu não poderia fazer outra coisa que não fosse aquiescer à solicitação dele de poder se ausentar para a viagem.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta, tenho que lamentar, mas acho que V. Exª terá dificuldade em conseguir que o Presidente da Vale fique em uma reunião como esta até o fim. Isso é histórico, Presidenta.

No Pará, quando eu era Presidente da Assembleia Legislativa, nós o convocamos dezenas de vezes. Nunca foi. Eu pensava, Presidenta, que hoje, pela primeira vez, eu teria oportunidade de falar em uma reunião para o Presidente da Vale. Eu pensava. Ainda bati no companheiro aqui e disse a ele: “Pede para o nosso Governador falar logo, senão o Presidente da Vale vai embora”. Não deu outra. Falei agorinha para ele: “Pede logo!”.



Isso é uma falta de respeito, Presidenta. É uma falta de respeito. É preciso deixar alguma coisa marcada nesta reunião, para que a imprensa do meu País possa chamar a atenção da Vale. Eu acho que os Senadores do Pará e de Minas Gerais deviam se retirar agora, agora, desta reunião. Por protesto, Senadora, porque nunca se tem oportunidade de questionar a Vale. A Vale sempre foge, e nós permanecemos como estamos, os Estados sofredores. Um pronunciamento pífio. Talvez seja por isso que ele se retirou, ele sabia que ia ser questionado pelo pronunciamento pífio, desastroso.

Eu lamento, Presidenta. A senhora não vai conseguir trazer o Presidente da Vale para ouvir nossos governadores e nossos Senadores. Infelizmente, é praxe, é histórico, já é mania da Vale fugir aos questionamentos. V. Ex^a percebe por quê.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora Lúcia Vânia, em primeiro lugar, é importante fazer o registro do papel de V. Ex^a. Compreendo e acho correto que nós inclusive reivindicemos a presença de todos os convidados para uma audiência como esta, mas a responsabilidade não pode ser debitada na conta de V. Ex^a. Isso é importante, para que as coisas fiquem aqui muito claramente definidas. Nós brigamos muito para ter esta audiência, e o Governador do meu Estado nem foi convidado. Lamentavelmente, não pude participar da audiência passada, por conta inclusive da própria agenda, assim como hoje. Agora, por exemplo, estávamos discutindo o relatório de receita na Comissão de Orçamento. É sabido de todos que toda terça à tarde tem CMO, mas para esta audiência, eu disse ao Senador Flexa, nós cancelamos uma audiência pública da Comissão de Orçamento, que era hoje, exatamente para liberar determinados Senadores para esta.

Eu não vejo como prejuízo, eu acho que é importante extrair deste momento aqui... Outras pessoas vão falar. Poderíamos tranquilamente fazer a rodada. Não que não esteja bem representado aqui o Ministro de Minas e Energia. Eu diria até, com todo o respeito ao nosso Senador Lobão, que ele mandou a pessoa que mais entende do assunto para representar o Ministério. Mas poderíamos dizer que, sem a presença do Ministro Lobão, não haveria discussão. Eu quero crer que ele está sobejamente bem representado nesta audiência pública. Gostaria de ouvi-lo, Senador Aécio, obviamente, porque partimos do princípio de que queremos sempre ouvir o sujeito que está mais acima, mas acho que isso cumpre essa etapa.

Nessa linha, quero aproveitar a sugestão do Senador Flexa Ribeiro: marcamos outra audiência pública. Eu inclusive insisti para a realização desta audiência pública, o Senador Flexa se lembra disso. Eu disse: “Em uma audiência em que colocamos cinco, seis debatedores, perdemos a qualidade da intervenção”. O correto seria distribuímos essa audiência em duas, três rodadas,



para que se pudéssemos, inclusive, arguir a Vale, dialogar permanentemente com o Ministério de Minas e Energia sobre essa questão, ouvir os setores e, a partir dessa ausculta, encontrar o caminho ideal e, de uma vez por todas, arrumá-lo.

Esta semana, Senador Aécio, ainda há um agravante. Nós estamos agora entregando, inclusive eu estava com o Senador Vital do Rêgo lá no Orçamento, antes de me dirigir para cá, a outra peça orçamentária que é extremamente difícil de ser tratada nesta Casa, pois tem a ver com os *royalties* do petróleo. Portanto, é uma tarde extremamente confusa.

Quero ser testemunha aqui, Senador Aécio Neves, V. Ex^a, que é um homem de bom senso, sabe exatamente o esforço da Senadora Lúcia Vânia para atender o apelo de V. Ex^a de antecipar, de tentar fazer o debate. Que a gente não seja injusto com a Senadora. Eu, particularmente, não concordo com a saída do Senador... Eu não estou dizendo que você disse alguma coisa, Marinor. Eu estou emitindo a minha opinião, não estou fazendo nenhuma vinculação com a Vale, até porque acompanhei esse processo desde o início, inclusive a convocação desta audiência. Sou testemunha desse processo.

Então a gente poderia aproveitar a audiência, fazer a audiência, completar a etapa. Se para nós é vital a presença do Presidente da Vale nesta audiência pública, nós temos que voltar à audiência e dizer ao Presidente da Vale que ele dê o jeito dele lá, faça a sua agenda. Que nós coloquemos lá o Presidente da Vale para fazer o debate sobre essa questão, que não é uma questão qualquer. O dado apresentado aqui agora há pouco mostra exatamente o que estamos discutindo e qual é a magnitude desse setor, principalmente para as questões sociais. É óbvio que o Estado do Pará sofre, e sofre absurdamente, os efeitos nefastos de um processo de exploração mineral sem a contrapartida social e ambiental.

Portanto, esse eixo pode nos nortear para que, de uma forma muito mais tranquila, serena, mais no nível de trabalho desta Comissão, possamos tocar esse assunto adiante.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Só um instantinho, Senador. Eu gostaria de agradecer ao Senador Walter Pinheiro, que tem acompanhado de perto o esforço desta Presidência no sentido de fazer com que essas audiências públicas possam ter resultado objetivo. No entanto, algumas situações escapam do nosso domínio, principalmente quando não dispomos de uma data flexível. Se não há uma data flexível, se torna extremamente difícil compartilhar essas agendas todas que estão aqui.

Pela ordem, o Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Presidente Lúcia Vânia, na verdade, uma contribuição para o andamento dos trabalhos.



Todos nós gostaríamos, é óbvio, de ter aqui a presença do Presidente da Vale. Coube a ele tomar a decisão, certamente tinha razões para tal, mas acho que devemos seguir o que aqui está estabelecido. Nós temos aqui na Mesa a presença do Governador do Pará, do Governador em exercício de Minas Gerais, do representante dos Municípios mineradores. Vamos ouvi-los. Cada um de nós, certamente, terá algumas contribuições a dar ao final e faremos a avaliação final, se será necessária uma nova audiência, porque, muitas vezes, a ausência também sinaliza. Tenho certeza, e aqui meu testemunho, de que não fosse a ação pessoal da Presidente Lúcia Vânia, o Presidente da Vale sequer aqui teria vindo. Ele veio – e me disse pessoalmente – que foi a partir da insistência da Presidente. Gostaríamos todos que ele aqui permanecesse.

Da mesma forma, faço coro ao que disse o Senador Walter Pinheiro: V. Ex^a não tem responsabilidade alguma pela sua ausência. Caberá a nós, Senador Flexa, avaliarmos, ao final desta audiência, aqui estão representantes de vários Estados que conhecem a questão, se é necessária uma nova audiência pública. Se não, colocaremos o projeto em votação possivelmente ainda esta semana se acharmos que seja o mais adequado. Portanto, acho que nós não podemos ficar *ad aeternum* aguardando a presença de todos que, de alguma forma, tenham responsabilidade sobre o tema. O Presidente Murilo, a quem eu respeito, veio aqui, deu sua contribuição, que achou adequada, certamente tinha outros compromissos. Nós não podemos permitir que o nosso trabalho seja obstaculizado ou retardado em razão da agenda que nós respeitamos do presidente. Provavelmente ele perderá a oportunidade apenas de contraditar algumas das questões que aqui serão apresentadas.

Defendo e sugiro que V. Ex^a continue a lista de oradores e mantenha a palavra com o ilustre Prefeito de Congonhas, cidade do meu Estado. Acho que o Senador Zeze Perrella ainda quer falar. Assim, poderemos tirar ainda algo de produtivo e de positivo desta reunião.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu lhe agradeço, Senador Aécio.

Passo a palavra ao Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Sr^a Presidente, quero só fazer uma observação. Parabéns pela condução dos trabalhos!

Entendemos como é a agenda de um presidente de uma companhia tão importante quanto a Vale. Realmente, é uma agenda complicada. Mas acho que ele perdeu a oportunidade do contraditório. E, pelo menos no meu caso, ele me deu uma grande contribuição, porque tudo que ele falou a respeito de *royalties* foi contestado pelo Dr. Claudio. Ele falou que nosso *royalty* era um dos mais caros do mundo, e o Dr. Claudio nos mostrou que é o mais barato do mundo. Então, acho que ele já deu a contribuição que tinha de dar.

A Vale não vota aqui. Quem vota aqui somos nós. O Relator, Senador Aécio, está fazendo um trabalho maravilhoso e conhece, como ninguém,



o tema, como também o conhece o Governador Simão Jatene, porque sofreu na pele e sofre na pele os efeitos da mineração. E temos de ser bem remunerados mesmo.

Hoje, discute-se a questão dos *royalties* do petróleo do pré-sal em águas internacionais. Não vou discutir isso, mas o *royalty* do minério é uma realidade e é algo de que, hoje, principalmente Minas Gerais e o Estado do Pará precisam.

Acho que o Presidente da Vale já deu a contribuição que tinha de dar. Por mim, eu não o convocaria mais, ou melhor, já que não temos esse poder de convocar, eu não o convidaria mais, porque, para mim, ele já fez a exposição dele, em que mostrou que eles ganharam R\$22 bilhões neste ano. Acho que eles podem perder uns R\$500 mil em favor de Minas Gerais e do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Perrella.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr^a Presidente, concordo com todos. Vamos dar seguimento à audiência. Em nenhum momento, imaginou-se suspender a audiência pela ausência do Presidente da Vale. Acho que ele perdeu uma grande oportunidade de debater com o Congresso Nacional a questão da Cfem. Mas quero deixar registrado que vou encaminhar novo requerimento, convidando-o novamente a que venha à Comissão, para que possamos discutir essa questão. E vamos dar sequência à audiência. O Senador Aécio está com o parecer pronto. Vamos retomar a questão na quinta-feira, na reunião. O Senador Walter Pinheiro pediu vista da matéria na reunião anterior. Se for o caso, vamos colocar a matéria em votação na quinta-feira e dar sequência na Comissão seguinte, que a matéria é terminativa na CAE.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Flexa.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Quero fazer minha última intervenção.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr^a Presidente, primeiro, quero dizer ao Senador Walter Pinheiro que nenhum Senador o culpou pelo fato de o Presidente ter saído. Aliás, sabemos da sua conduta e da sua capacidade. Sou um fã seu, Senador, e V. Ex^a sabe disso. Ninguém o culpou por nada absolutamente.

Senadora, o que não pode acontecer é o Presidente de uma companhia do tamanho da Vale agir dessa maneira mesmo sabendo que o Governador do Pará e o Governador de Minas se deslocaram de seus Estados e deixaram seus trabalhos para vir a esta reunião. O Presidente da Vale podia ter o



que tivesse, mas devia respeitar este momento. Afinal de contas, ele está no Senado Federal, minha nobre.

Sinceramente, como Líder da oposição, não aceito isso e vou me retirar. Desculpem-me as pessoas, meus Governadores, meus Senadores. A minha linha de conduta é essa, e não admito que o Presidente da Vale faça isso. Acho que a Presidenta Dilma errou na escolha. Aliás, eu já disse da tribuna: “Por que tiraram o Agnelli?”. A primeira discussão tem de ser essa. Olha aí o exemplo, olha a conduta, Presidenta! Vou me retirar, porque acho que a Presidenta da República errou feio ao fazer essa mudança.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Prefeito Anderson Costa Cabido.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Desculpem-me, Governadores!

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Obrigado.

Quero agradecer-lhes, então, a oportunidade que é dada aos Municípios. Quero apenas lamentar a ausência da palavra “município” nas falas, porque, na verdade, os Municípios são os mais impactados, não tenho dúvida disso. Se achamos aqui que a mineração acontece no Estado ou acontece na União, estamos plenamente enganados. A mineração acontece nos nossos Municípios. A gente lamenta de fato essa confusão de datas. Daí a presença de poucos prefeitos aqui hoje, menos do que na última data que havia sido marcada – se não me engano, no dia 5. Naquela ocasião, nós pudemos testemunhar o empenho da Senadora Lúcia Vânia no sentido de nos atender, de atender aos Municípios e aos prefeitos que estavam aqui presentes e se empenhar para compatibilizar essas datas.

Inclusive, naquela ocasião, Senadora, a senhora disse que achava muito pouco provável que pudesse acontecer neste dia 18, justamente por conta da compatibilidade de todas essas agendas, o que realmente não é algo fácil. Então, quero deixar a nossa solidariedade à senhora, entendendo essa dificuldade.

Quero aproveitar a oportunidade também para agradecer à Comissão a possibilidade de os Municípios estarem aqui participando. Infelizmente, isso ainda não é muito de praxe quando se discute esse tema e, nos últimos anos, isso tem sido possível, tanto da parte do Governo Federal, do Ministério de Minas e Energia, quanto, agora de uma forma, eu diria, inédita, a possibilidade de os Municípios virem manifestar a sua posição e as preocupações que tangem a questão da mineração no nosso País.

Eu sou Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil. Somos 2005 Municípios mineradores em todos os Países, em todos os Estados da Federação, porém a gente se debate com esse título de Municípios mineradores. Para nós, nós não somos Municípios mineradores; nós somos Municípios minerados. Há uma grande diferença entre um Município, um território



que é meramente minerado daquele que se institui efetivamente como minerador. Esse debate, essa discussão é um pouco pano de fundo do que está sendo colocado aqui para nós. Somos minerados ou somos mineradores?

Há outra informação que também tem a ver com isso – eu quero passar alguns dados, dentro do meu tempo, para cumprir esse prazo.

O setor de mineração, inegavelmente, é o setor da economia, ou pelo menos um dos setores da economia que mais sonega. Nós temos hoje mais de nove mil, certamente quase dez mil titulares de direitos minerários inscritos no Cadin. Imagine o que é este número: quase dez mil titulares de direitos minerários inscritos no Cadin! E isso acontece porque a nossa legislação é uma legislação falha, é uma legislação fraca, não impõe nenhum tipo de penalidade, ou penalidades mais severas para esses que descumprem, muitas vezes, a legislação.

E, com todo o respeito às grandes empresas – não estou afirmando que as grandes empresas sonegam –, mas as grandes empresas possuem a capacidade de contratar as melhores assessorias, os melhores advogados deste País, deste mundo, para poderem estar, a todo momento, dando – com o perdão da palavra – rasteiras nos Municípios, para poderem pagar menos. E cumprindo a legislação. Não estamos nem falando que não estão cumprindo. Por quê? Porque a nossa legislação é uma legislação fraca, frágil.

Na legislação hoje da Cfem, o ponto principal não é a alíquota. O ponto principal não é se vamos passar para dois, para três, para cinco, para dez. O ponto principal é tornar essa legislação mais robusta, mais forte, com condições de ser efetivamente cumprida e que não tenha, não seja uma peneira de brechas por onde as empresas podem passar e pagar menos. Daí essa preocupação que nós, Municípios mineradores, temos.

Junto a toda essa discussão, nós temos dois temas que eu acho que também estão se confundindo um pouco, e eu queria pedir licença, data vênia e com todo o respeito que temos, para colocar esses pontos e deixá-los bem claros. Temos uma situação, que foi a primeira discussão que aconteceu, que são as dívidas das mineradoras. Os senhores vão me permitir fazer um breve resgate histórico.

Em 2006, os Municípios mineradores de Minas Gerais fizeram um convênio com o DNPM para fazer um levantamento, porque suspeitávamos que a Cfem estava sendo mal recolhida. E esse trabalho foi feito pelo DNPM num esforço com os Municípios e, para nossa surpresa, foi apurado, naquela época, um recolhimento a menor de R\$2,6 bilhões apenas em Minas Gerais, entre os anos de 2001 e 2006; estamos falando de um valor de R\$2,6 bilhões.

Então, temos aí uma situação dessa dívida, desse débito que as mineradoras tem – claro, a Vale é a maior e 90% disso aí é Vale. Mas, temos esse assunto, que é um assunto complicado, que não teve a força suficiente para seguir adiante, e esperávamos, portanto, como ainda esperamos, que essas audiências,



que a audiência que o Senado está propondo hoje, que pudessem levantar também esse tema, levantar também esse problema.

E, do outro lado, o outro tema – como eu disse, nós temos dois temas aqui –, a nova legislação da Cfem ou a lei de participação governamental, como queiram, que precisa vir corrigir esses problemas todos apontados já pelos Municípios na legislação atual. Já foi dito aqui, a legislação da Cfem tem quase vinte anos, está completando vinte anos, e nunca foi revisada, inclusive para se ajustar a todo esse cenário que mudou bastante a mineração no Brasil. Temos a expectativa de que isso possa ser resolvido e aprovado o quanto antes, porque os Municípios sofrem, e sofrem demasiadamente, com essa situação, com a presença das mineradoras.

É fato, é verdade, quando se coloca que são Municípios que possuem indicadores de emprego, de educação, de saúde muito bons. Mas, quando a gente avalia outros indicadores, como impactos ambientais, a sobrecarga gerada na infraestrutura das cidades, a poeira que acontece nesses Municípios; quem os visita não diria nunca que são Municípios que possuem altos índices de qualidade de vida, justamente porque a presença da mineração, sempre muito próxima às áreas urbanas desses Municípios, acaba agravando toda essa situação e tirando da população essa sensação de que eles vivem em uma cidade que possui elevados níveis, padrões de qualidade de vida.

Tendo colocado, então, esse cenário, eu gostaria de apresentar aqui algumas solicitações que, penso, são pertinentes – não sei se através de requerimento, não sei qual o procedimento. Mas temos algumas preocupações e queremos partilhar com os Srs. Senadores.

Primeiro, a questão da necessidade urgente – e aí encaminho essa solicitação ao nosso Secretário de Mineração, Geologia e Transformação Mineral, ao Cláudio, para que encaminhe ao nosso Ministro Edison Lobão – de que o nosso projeto de lei que o Governo Federal, numa comissão composta inclusive por nós, Municípios, vem construindo desde 2008... Existe uma comissão constituída pelo Governo Federal – e tenho o prazer de fazer parte dela – que começou a fazer a discussão do projeto de lei da Cfem em 2008. Esse projeto de lei está concluído e queremos aqui, publicamente, fazer o pedido para que ele seja encaminhado a esta Casa o quanto antes.

O nosso pedido também ao DNPM. É importante os senhores entenderem a fragilidade que temos hoje no DNPM quanto às ações relacionadas à fiscalização. Os Municípios precisam de uma estrutura mais apropriada do DNPM para que possa dar agilidade aos processos e priorizar o tema e as ações relacionadas à cobrança dessas dívidas, tal como a que citamos agora há pouco, lá em Minas, que, só naquele período, é de R\$2,6 bilhões.

Nosso pedido é obviamente à Vale, mesmo não estando aqui presente, mas tenho certeza de que o Paulo Camillo, Presidente do Ibram, pode fazer esse encaminhamento. A Vale publica o seu balanço no próximo dia 26 de



outubro e a expectativa é de que, já com o balanço desse trimestre, ou seja, o terceiro trimestre, ela já supere bastante os resultados de todo o ano de 2010, que já foi um resultado recorde. Em 2010, os lucros da Vale beiraram R\$30 bilhões. Este ano, eles vão se aproximar ou vão ultrapassar os R\$40 bilhões de lucro. Então, seria muito importante que a Vale sinalizasse até dia 26 o pagamento ou a possibilidade de pagamento desses débitos que possui principalmente com relação ao transporte.

E por que existe esse débito? Porque a legislação é fraca, o que possibilita à empresa ter um entendimento que o próprio STJ já disse que é errado. Então, quero pedir, Paulo, que encaminhe para nós essa solicitação dos Municípios. Da mesma maneira como foi feito com débitos com a Receita Federal, quando a Vale pagou, no mês de junho, R\$6 bilhões, que a Vale pudesse, ainda neste ano, chegar a um entendimento e pagar esse débito com o DNPM, pois 65% vão para os Municípios, daí todo o nosso interesse. Que possa também a Vale acolher e apoiar a proposta que está sendo encaminhada pelo Governo Federal da nova legislação sobre a Cfem.

Também quero fazer um pedido ao nosso Judiciário, embora também não se faça presente. Senadora, V. Ex^a certamente testemunhou e também os nossos Senadores do Pará que estão aqui presentes o que aconteceu com o processo de caducidade da mina de Carajás: foi para a Justiça e estamos aguardando um posicionamento. Preocupa-nos o processo de caducidade. Não somos a favor que se tire... Imagine, é completamente descabida essa hipótese, mas estamos todos – Judiciário, Governo Federal, todos – numa saia justíssima, porque a Vale descumpriu regras em relação à entrega de informações que eram necessárias, esse não cumprimento do que o STJ estabelece. Daí, corretamente, o Governo Federal e o DNPM terem tomado as medidas e aberto o processo de caducidade que hoje está na Justiça. Mas queremos saber o que vai ser disso com um olhar de preocupação, porque esse é um assunto muito grave.

Também quero fazer um pedido ao Governo do Estado, se me permite. Que possamos apoiar a proposta que hoje existe, inclusive junto ao Movimento Estudantil do Brasil, de transformar parte da arrecadação dos Estados com a Cfem no chamado Fundo Social da Mineração e que ele possa ser também investido em inovação, tecnologia e educação como prevê a lei.

Então, o nosso pedido ao Governo do Estado para que, de uma forma transparente, Governador, coloque como tem sido aplicada a Cfem, fazendo coro com a juventude brasileira, com os movimentos estudantis, criando o Fundo Social da Mineração.

Também não vamos perder oportunidade de convidar mais uma vez o Governo e o Estado de Minas Gerais para que entrem nessa campanha junto aos Municípios mineradores em prol da mineração e também desses territórios.

Obviamente que não poderia deixar de fazer um pedido ao Senado, manifestando uma preocupação dos prefeitos e não falo apenas por mim. Que o



Senado possa avaliar com bastante cuidado tanto o projeto de lei quanto o substitutivo em curso, pois nos preocupa se eles não estarão atendendo mais aos interesses das próprias empresas em virtude das brechas e das fragilidades que o projeto apresenta. Obviamente, os Municípios mineradores não se sentem plenamente contemplados com o projeto em curso. Aqui, gostaríamos de poder participar dessa discussão.

Os Municípios oferecem algo em troca, não estamos aqui só para pedir. A gente oferece a possibilidade, inclusive, de restringir na lei a aplicação da Cfem. Hoje, é proibido, por exemplo, pagar folha de pagamento, dívidas. Que a gente pudesse restringir ainda mais essa aplicação, colocando voltada para a aplicação em ciência e tecnologia, e educação, e para o pós-mineração, que é uma preocupação de todos nós.

Assim, a gente acredita que será possível construir o desenvolvimento sustentável de uma forma inédita em territórios mineradores, construindo esse desenvolvimento sustentável que contribuirá com toda a Nação e com todo o povo e a gente dessas cidades, que tanto esperam essa ação do Senado.

Obrigado, mais uma vez.

Boa tarde a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Anderson Costa Cabido e passo a palavra ao Exmº Sr. Alberto Pinto Coelho, Governador em exercício do Estado de Minas Gerais.

O SR. ALBERTO PINTO COELHO – Ilustre Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, quero agradecer o honroso convite para estar aqui presente. Quero estender os cumprimentos a todos os Senadores e Senadoras, aos ilustres Senadores do meu Estado – Senadores Aécio Neves, Zeze Perrella e Clésio Andrade.

Ilustre Governador do Estado do Pará, Simão Jatene; ilustre representante dos Municípios Mineradores, Anderson Cabido; demais componentes da Mesa; minhas senhoras e meus senhores, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que o Senado, com grande lucidez, traz à baila o resgate histórico de algo que é tão expressivo para o desenvolvimento do nosso País, particularmente para o Estado de Minas Gerais, um Estado, por excelência, minerador. Sempre somos instados, quando procuramos aprofundar a discussão da questão dos *royalties* minerais, a não fazer nenhum paralelo com aquilo que se passa em outros países mineradores, ou mesmo quando tentamos fazer um cotejamento com os *royalties* do petróleo.

Da mesma forma, entendo eu que, ao fazermos o exame da questão do *royalty* mineral, não está no bojo ou no mérito da sua discussão a carga tributária, porque sabemos todos que a Cfem trata de uma contribuição patrimonial para fazer face à natureza da atividade minerária, assegurando aos Municípios e aos Estados onde essa atividade se faz presente a possibilidade da reparação



ambiental, de assegurar o desenvolvimento sustentável. Mais do que isso, sabemos que se trata de um bem finito e que, ao final, à exaustão da atividade minerária, teremos, através da contribuição da Cfem, fundamentalmente, de assegurar o desenvolvimento econômico e social desses Municípios e dessas regiões.

Portanto, eu quero aqui, em nome dos mineiros e mineiras, trazer os nossos cumprimentos ao Senado Federal, na expectativa e na certeza de que as iniciativas parlamentares dos ilustres Senadores, agora aduzida a contribuição do Senador Clésio Andrade, de Minas Gerais, e do Senador Aécio Neves, vão, com toda certeza, possibilitar que possamos fazer a adequação, para fazer face a esses desafios, que foram, aqui, muito bem relatados pelo ilustre representante da Amib, dos Municípios mineradores e minerados, que têm desafios enormes. Basta uma visita a esses Municípios para constatar aquilo que se impõe para podermos assegurar o desenvolvimento sustentável e, naturalmente, deixar um legado, um legado muito próprio, muito adequado às futuras gerações ali residentes, em nossos Municípios mineradores.

Eu vou ficar nessas considerações preliminares, entendendo que a contribuição trazida aqui por todos que me antecederam, e mesmo o aprofundamento que a matéria tem, por parte dos Senadores da República, com toda a certeza, trará aquilo que todos almejamos: o resgate não só da questão específica da Cfem, mas do novo marco regulatório, que já se faz indispensável ao País, principalmente por força do grande aumento que, estatisticamente, aqui foi demonstrado e daquilo que se afigura como o avanço na mineração em nosso País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Exmº Sr. Governador Alberto Pinto Coelho e passo a palavra ao Exmº Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará.

Antes de conceder a palavra, eu gostaria de registrar a presença do Deputado Marcos Montes, do DEM de Minas Gerais; de Pedro Meneguetti, Secretário em exercício de Estado de Fazenda de Minas Gerais; de Danilo de Castro, Secretário de Governo de Estado de Minas Gerais; do Deputado Arnaldo Jordy, PPS/PA; e do Deputado Eduardo Azeredo, PSDB/MG.

Sejam bem-vindos.

Com a palavra, o Exmº Sr. Governador Simão Jatene.

O SR. SIMÃO JATENE – Muito obrigado.

Boa tarde, senhoras e senhores.

Exmª Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores, Governadores, Secretários de Estado, Prefeitos, minhas senhoras e meus senhores, eu quero, inicialmente, agradecer o convite e, ao agradecer o convite para participar desta audiência pública, quero festejar a iniciativa desta reunião. Eu o faço por entender que, independentemente de considerarmos se a Cfem deve ou não ser pensada



no cenário, no quadro tributário, essa iniciativa tem um significado muito maior que a discussão da Cfem.

Eu tenho a convicção de que ela pode ser o ponto de partida, e um ponto de partida absolutamente fundamental, um primeiro passo para a revisão efetiva de um cenário tributário e fiscal extremamente injusto e perverso, que tem contribuído para desfigurar a Federação brasileira.

Então, exatamente por isso, faço questão de parabenizar a iniciativa dos Senadores que apresentaram projetos, dos relatores, dizendo-lhes claramente que, representando o Estado do Pará – Estado que integra a Amazônia, essa região que tem sido tão fértil na produção de mitos, que transita de inferno verde para celeiro do mundo, de almoxarifado para santuário, dependendo do humor ou da lente com que nos olham –, compreendo essa iniciativa como fundamental para que, talvez, se possa começar a restaurar, efetivamente, uma federação neste País.

Ouvi, atentamente, todas as exposições. Ouvi, inclusive, a exposição que aponta que a carga tributária da mineração no País é altíssima e eu confesso que, ao ver os números e ouvir as falas, eu me perguntava sobre o que era o Estado do Pará nesse quadro.

Exatamente por isso, me surgiu a ideia de lhes dizer o seguinte: somos 1.250.000 km², 7,6 milhões de habitantes, de uma região que representa 60% do País, que é a Amazônia, que gera, abriga aproximadamente 13% da população do País, gera pouco mais de 8% do PIB, responde por mais de 50% das emissões de CO₂ equivalente. Então, nós fazemos parte dessa coisa chamada Amazônia.

Esse Estado, que é o segundo produtor de ferro do País, o primeiro produtor de cobre, o primeiro produtor de bauxita, o primeiro produtor de caulim, se quisermos ir para a área de energia, somos, também, grandes produtores de energia, que, como eu disse ainda há pouco, não raramente transita de almoxarifado para santuário, esse Estado, que tem essas características fantásticas, inclusive no setor mineral, pasmem, meus caros Senadores, tem uma renda *per capita* que é menos da metade da média nacional. É isto: menos da metade da média nacional.

Mas se nós quisermos ir um pouco além e saber qual é a capacidade do Poder Público, nesse Estado, de responder a indicadores sociais precários, que é uma outra característica, o orçamento *per capita* do Estado do Pará, meus amigos, é o 26º do País.

Ah, me esqueci de registrar: somos o segundo maior saldo na balança comercial brasileira, inclusive fortemente fundado em minério.

Somos o 26º orçamento *per capita*.

Bom, ao ver aqueles números que nos foram mostrados, de que a mineração corre o risco, se não tivermos cuidado, de sofrer um impacto fortíssimo com qualquer alteração que se faça no sentido de buscar que ela possa exercer



um papel, efetivamente, de contribuir para o desenvolvimento das regiões em que ocorre, eu somava aqui, rapidamente: na última década, a produção mineral do Estado deve ter alcançado algo em torno de 110 bilhões, e Cfem mais ICMS não somaram mais de três bi. É disto que nós estamos falando, meus amigos: mais de 100 bilhões na produção mineral e Cfem e ICMS não somam três bi.

Eu me perguntava se naqueles números não se estava considerando que as exportações seriam tributadas, e aí, sim. Mas a rigor, então, nós temos algo que é fictício.

A indicação do representante do Ministro é de que na época do velho IUM, o Imposto Único sobre Minerais, se tinha US\$1,3 por tonelada, e que hoje, quando somamos Cfem e ICMS pós-desoneração das exportações, não chegamos a 0,5, mais ou menos 0,51, se eu consegui fazer a conta na hora.

Então, é disso que nós estamos falando.

Meus caros Senadores, eu só teria, neste cenário, uma sugestão e, mais que uma sugestão, um pedido: não percamos mais tempo. Provavelmente, os projetos de lei que aí estão não são perfeitos, mas não tenho nenhuma dúvida de que são muito melhores que o cenário que temos hoje. Tive o cuidado de ler o seu relatório, Senador Aécio Neves, e quero lhe parabenizar, não apenas em meu nome, mas em nome de todos os paraenses, porque entendo que ele dá conta das questões fundamentais. Se precisarmos aprofundar, vamos aprofundar, mas não neste cenário em que estamos hoje. Vamos dar um passo adiante.

Eu não tenho dúvida de que aqui ninguém imagina que a mineração vai ser a redenção, o elemento definidor da efetiva superação da pobreza e da desigualdade deste País, mas também não dá para admitir que um segmento tão importante na economia nacional não seja um elemento extremamente importante para que se superem esses dois grandes desafios. Não seremos modernos se continuarmos tendo não apenas a desigualdade entre estratos da população, mas a desigualdade territorial. É claro que nenhuma medida específica tem o condão de resolver isso, mas, se assim pensarmos e não fizermos com que cada uma possa render alguma coisa, nós não vamos enfrentar esse grande desafio.

Srs. Senadores, os senhores têm em suas mãos – e não poderia ser melhor o local para se discutir isto: esta Casa, que tem, por suposto, a Federação nas suas entranhas – uma possibilidade fantástica de contribuir efetivamente para que, de forma definitiva, se tenha claro que a mineração é importante para o País, mas que ela tem de ser importante para as pessoas. A forma de ela sê-lo é, sem dúvida alguma, que o seu desenvolvimento signifique também o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde ela se realiza. Tudo mais me parece secundário diante dessa questão.

Senhores, o Pará tem muito orgulho de ter contribuído e de continuar contribuindo de forma decisiva para o equilíbrio das contas externas. Quando vemos o quanto, na última década, as exportações de *commodities* cresceram neste País, saindo de 37% para 51%, particularmente os minérios sendo



determinantes nisso e o Pará, como disse ainda há pouco, sendo o primeiro e o segundo grande produtor, isso nos orgulha muito, mas não posso deixar de dizer aos senhores que, a cada dia, convenço-me de que o Pará só tem uma forma legítima, correta e ética de contribuir para o desenvolvimento brasileiro: através do seu próprio desenvolvimento. E os senhores têm, nessa revisão da Cfem, uma oportunidade fantástica de pelo menos minimizar um pouco o sofrimento de alguns milhões de pessoas que, no nosso Estado, ainda vivem abaixo da linha da extrema pobreza.

O desafio está posto, a sugestão, feita e o pleito, reafirmo. Perdoem-me, mas não acho que precisemos mais fazer audiências e mais audiências públicas. O que acho que precisamos é efetivamente votar o que está aí. E o digo com muita humildade. Não tenho nenhuma pretensão de... É como pleito mesmo, porque acho que essa é a forma objetiva, para que possamos até aprimorar, mas aprimorar a partir de outro patamar. O patamar de hoje está cada dia mais insustentável.

Muito obrigado, mais uma vez, pelo convite. Muito obrigado pela atenção dos senhores. E o povo do Pará lhes será extremamente grato com essa nova legislação da Cfem.

Muito obrigado, Srs. Senadores. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Agradeço o Exmº Sr. Governador Simão Jatene. Quero cumprimentá-lo.

Passo a palavra para o Relator da matéria, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Srª Presidente desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia; Srs. Governadores Simão Jatene, do Pará, e Alberto Pinto Coelho, Governador em exercício de Minas Gerais; Sr. Prefeito Cabido, representando aqui os Municípios mineradores; meu amigo Paulo Camillo Penna, aqui representando o Ibiam, do qual é Diretor Presidente; Dr. Claudio Scliar, aqui representando o Ministério das Minas e Energia; Srªs Senadoras e Srs. Senadores; começo a minha intervenção dizendo que V. Exª, Senadora Lúcia Vânia, cumpriu – e cumpriu de forma extraordinariamente correta – o papel que lhe cabe numa discussão tão emblemática não apenas para os Estados e Municípios mineradores mas para o Brasil, e, ao mesmo tempo, tão complexa, o que nos permite hoje dar um passo, Senador Flexa e Senador Clésio, autores das propostas que aqui relato, extremamente positivo e, acredito eu, vigoroso na busca do enfrentamento, Governador Simão Jatene, dessa que é uma lacuna da qual todos nós, de alguma forma, participamos ou, de alguma forma, até pela omissão, demos a ela a nossa contribuição.

Refiro-me a permitir que os Estados e os Municípios mineradores, sem prejuízo da atividade mineradora, sem prejuízo do desempenho das empresas mineradoras, possam, de um lado, resguardar-se e se recuperar do ponto de vista ambiental e da infraestrutura e, ao mesmo tempo, encontrar, após



extinta a atividade mineral, uma outra vocação econômica que possa ocupar a mão de obra que, por décadas, nessas regiões, dedicou-se a essa atividade.

Eu não vou monopolizar muito a palavra – espero até, na próxima reunião de votação nesta Comissão, no que depender de mim, detalhar as questões relativas ao projeto que aqui tive oportunidade de ler –, mas algumas questões são essenciais e são a base para a discussão que aqui estamos iniciando.

Primeiro, é um equívoco considerarmos a Cfem como tributo, não por uma interpretação pessoal deste Relator e dos autores do Projeto, mas por haver uma decisão do Supremo Tribunal Federal que esclarece que a Cfem e tampouco as participações especiais que estamos incluindo no nosso Projeto não podem ser consideradas tributos, pois elas possuem uma natureza regulatória e não arrecadatória. Portanto, é uma diferença básica. Compensações como esta, portanto, são baseadas na possibilidade de esgotamento na exploração de um bem público. Os tributos, diferentemente, com finalidade arrecadatória, financiam o funcionamento da máquina pública. Os pagamentos de natureza regulatória, como é o caso, visam a regular um setor ou um objetivo, no caso específico, a degradação ambiental.

Apenas para ilustrar o que estou dizendo, vale uma citação muito curta, se me permite, Senadora Lúcia Vânia, do voto do Ministro Sepúlveda Pertence, porque acho que essa será uma questão sobre a qual nós nos debateremos até o final. Não devemos considerar, portanto, tributo, como diz Sepúlveda Pertence, no seu voto aprovado no Supremo:

A compensação financeira se vincula, a meu ver, não à exploração em si, mas aos problemas que gera.

Com efeito, a exploração de recursos minerais e de potenciais de energia elétrica é atividade potencialmente geradora de um sem-número de problemas para os entes públicos, especialmente para os Municípios, onde se situam as minas e as represas. Problemas ambientais, como a remoção da cobertura vegetal do solo, poluição, inundação de extensas áreas, comprometimento da paisagem [entre tantos outros, trazem uma enorme] (...) demanda por serviços públicos.

Além disso, a concessão de uma lavra e a implantação de uma represa inviabilizam o desenvolvimento de atividades produtivas na superfície, privando Estados e Municípios das vantagens delas decorrentes.

Portanto, essa é uma questão que nos permitirá fazer aquilo que alguns preferem não fazer, que é comparar efetivamente o que acontece no Brasil com o que acontece em outras partes do mundo. Eu vi a citação aqui de alguns trabalhos que já conhecia, Dr. Scliar, inclusive o da Ernst & Young, citado por V. Ex^a e também pelo ilustre amigo Paulo Camillo Penna, que coloca o Brasil como um dos líderes de cobranças ou líderes de impacto de tributos na atividade mineral, mas lembro a V. Ex^a – e V. Ex^a também concordará comigo – que o próprio Ministério das Minas e Energia encontrou diversos erros técnicos nesse



relatório e nos alertou sobre esses erros. Entre eles, cito aqui apenas um extremamente importante, que mostra que devemos ter muito cuidado com essas análises, porque esse relatório ignora que as empresas podem deduzir Cfem, PIS, Cofins e ICMS do Imposto de Renda.

Fica aqui apenas um alerta para o cuidado que temos de ter com as comparações. Vi aqui alguns quadros comparativos que nos foram apresentados. Eu poderia aqui apresentar alguns outros sobre o impacto dos tributos em cada um desses países, mas devemos considerar que, em cada país, há uma natureza específica, seja do custo da exploração, seja da complexidade da questão tributária. Apenas, mais uma vez, para ilustrar, caríssimo Paulo Camillo, caríssimo Scliar, lembro aos Srs. Senadores, Senadora Marinor, que, no ano passado, a Austrália, sempre aqui citada e foi citada pelo Presidente da Vale, Murilo, como uma grande concorrente do Brasil – e acho que este dado ilustra a necessidade de estarmos aqui fazendo o que estamos fazendo. No ano passado, em 2010, Senador Zezé, decidiu taxar em 30% o que ela chama de superlucros, talvez algo semelhante àquela participação especial que estamos criando. Essa alteração entra em vigor em julho de 2012, caso aprovado pelo Parlamento, que é o que se espera. O imposto, portanto, será de 30% sobre minério de ferro e carvão. A proposta inicial era de 40%, mas houve uma negociação – chamo atenção dos senhores, até para que sirva, quem sabe, de inspiração para o que teremos de fazer aqui – e um entendimento, do qual participaram, Senadora Marinor, a BHP Billiton, a Rio Tinto, a Xstrata, as principais concorrentes da Vale. Elas fizeram um entendimento com o Governo da Austrália e aceitaram que os superlucros fossem taxados em 30%, mais uma demonstração clara de que precisamos avançar fundamentalmente nessa matéria.

Senadora Lúcia, essa foi uma base da proposta inicial do Senador Flexa, depois com a contribuição importante do Senador Clésio. Obviamente, o setor de óleos e o setor mineral têm origens e naturezas...

Se o Senador Paulo Rocha permitir, eu continuo. Prazer em tê-lo aqui, Senador, até porque o assunto interessa ao Estado de V. Ex^a.

Vamos fazer uma comparação, superficial que seja, Senador Flexa, que conhece tão bem esta questão, em relação ao valor da produção de óleo e gás juntos – vamos colocar óleo e gás juntos, podemos já fazer esse arredondamento. No ano de 2010, foi de R\$102 bilhões tudo que se arrecadou com a produção de óleo e gás – óleo, 99% e gás, dois e pouco por cento; vamos dizer que são R\$102 bilhões no ano de 2010. Desses R\$102 bilhões, valor total da produção, pagou-se a todo o Brasil, somados Estados e Municípios, R\$21,5 bilhões. E grande parte dessa exploração se deu em águas profundas. Não estamos aqui questionando absolutamente esse ressarcimento, que acho que tem as suas razões de ser.

Vamos à questão mineral. O minério, neste mesmo período do ano de 2010, arrecadou R\$62 bilhões, dois terços daquilo que se arrecadou com



petróleo no Brasil. É bom termos essa noção comparativa. São R\$100 bilhões para óleo - vamos ficar com petróleo e gás – e R\$62 bilhões para o setor mineral. O setor mineral, portanto, durante todo esse período, pagou, através da Cfem, R\$1,08 bilhão. Para uma produção, Senador Eduardo, cujo valor significa um terço a menos que a produção de óleo, o ressarcimento foi de vinte vezes menos do que aquilo que é ressarcido aos Estados produtores de petróleo.

Não preciso dizer aqui a nenhum dos senhores o que acontece com as regiões mineradas, com a degradação dessas regiões e a dificuldade de encontrarem uma vocação que possa suceder a vocação mineral, quando ela se exaure. Portanto, o nosso projeto tem muito pouca preocupação com autoria, tem preocupação com os efeitos efetivos que teremos nesses Municípios, nesses Estados. Obviamente, esta é a Casa do entendimento, da negociação e estaremos, até o último instante, abertos a contribuições que possam vir. Aqui, hoje, por mais que gostemos mais de umas e menos de outras, algumas contribuições já surgiram.

O Dr. Paulo Camillo Penna fez o que devia fazer, como representante do Ibram, manifestou suas preocupações e elas serão objeto da nossa análise final. O Dr. Scliar, que conhece profundamente o assunto, da mesma forma manifestou aqui, como era de se esperar, a sua posição. Também o Dr. Murilo, mesmo que muito rapidamente, fez aqui suas ponderações. Mas não posso, Governador Alberto, Srs. Senadores e Governador Simão Jatene, deixar de dizer do meu profundo estranhamento com a posição aqui externada pelo representante dos Municípios mineradores, que abre mão de uma oportunidade excepcional como essa, rara, para expor seu ponto de vista – e parece que opta por exercer um papel de Prefeito do PT, e não representante dos Municípios dos mineradores, no momento em que prefere cobrar, como fez aqui, de público, que o Governo Federal envie para cá uma proposta que aguardamos desde o ano de 2008.

Quero aqui, ilustre Deputado Marcos Montes, dizer que, no ano de 2008, fui procurado pelo Ministro Edison Lobão, pedindo contribuições ao novo marco regulador do setor. Apresentamos essas sugestões e aguardamos, Senador Walter Pinheiro, até hoje, que essa proposta... Peço calma e respeito a V. Ex^a, que já teve a oportunidade de falar.

Quero dar aqui o testemunho, como Governador de Minas Gerais, recebi o Ministro Lobão por várias vezes, conversamos várias vezes sobre o assunto e aguardamos que essa proposta chegasse ao Congresso Nacional. Infelizmente, ela não chegou. Se chegar, Dr. Scliar, será incorporada essa discussão e será muito bem-vinda. Essa não é uma questão que dependa de questões circunstanciais, efêmeras, quanto as nossas posições de oposição e de Governo. É uma questão essencial à sobrevivência desses Municípios.

Faço esse reparo porque ouvi do representante dos prefeitos que a nossa proposta atende aos interesses das mineradoras, está aí nos Anais. Não



atende a interesses das mineradoras, atende aos interesses do País e das regiões mineradas. Portanto, o que esperamos é que esse debate se dê no nível adequado. Não é possível que uma proposta que aumente, Senador Flexa, em até três vezes a participação dos Municípios na arrecadação da Cfem possa ser considerada uma proposta contrária aos interesses dos Municípios mineradores.

Sabemos dos enfrentamentos, sabemos das dificuldades que teremos nessa discussão, mas aqueles que consideram que a posição atual é correta e justa terão como se manifestar contrariamente a nossa proposta. Aqueles que quiserem incorporar a ela contribuições e aprimoramentos, estou absolutamente pronto a receber essas contribuições.

Quero aqui reiterar que considero importante que o Governo Federal tenha uma posição, muitas questões que estão sendo tratadas aqui foram tratadas nas discussões que ocorreram com os Estados do Pará e Minas Gerais, mas, infelizmente não chegaram ao Congresso. O que estamos fazendo é exatamente estimular que esse debate ocorra e que todos aqueles que queiram apresentar ou trazer sua contribuição, possam fazê-lo. A minha intenção é que essa discussão se dê no mais alto nível possível. A presença do representante do Ibram garante, tenho certeza, uma interlocução qualificada, mas é preciso que, independente da origem, do autor – seja das propostas, seja do substitutivo – não se impeça que essa questão seja discutida e votada o mais rapidamente possível, como demandam todos os Estados e Municípios mineradores do País. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Senador Aécio e passo a palavra ao autor do requerimento, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura; Governador Simão Jatene; Governador Alberto Pinto Coelho; Presidente do Ibram, meu amigo Paulo Camillo Penna; Dr. Claudio Scliar, aqui representando o nosso Senador Edison Lobão, Ministro das Minas e Energia; Prefeito Anderson Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores; Senador Aécio Neves, competente Relator do PLS nº 1, de 2011 – primeiro projeto de 2011; Srªs e Srs. Senadores; quero dizer que estou muito satisfeito que possamos realmente discutir aqui não só o PLS nº 1, como o PLS do Senador Clésio Andrade, que também trata da mesma matéria. Quero dizer que não tem volta, Governador Simão Jatene e Governador Pinto Coelho, vamos avançar na matéria, Dr. Claudio Scliar.

Como disse o Senador Aécio, eu próprio conversei com o Ministro Lobão diversas vezes sobre o encaminhamento do projeto de revisão do Código de Mineração, da legislação sobre o novo Cfem, sobre a questão da criação de uma agência de mineração, em substituição ao DNPM, sobre todo o arcabouço da mineração que o Governo Federal está em gestação. No início de 2011, resolvemos, pela Casa de representação da sociedade brasileira, que é o Congresso Nacional, dar início a essa discussão. Penso que foi em boa hora.



Lamentavelmente, perdemos o primeiro semestre, já podíamos ter avançado bastante, mas um encaminhamento do projeto, no primeiro semestre, fez com que não discutíssemos. Passamos a discuti-lo agora, quando, por uma redistribuição para o Senador Aécio, o teve como relator.

Quero parabenizar o Dr. Camillo Penna, conheço a competência, sei que V. Ex^a representa o Ibram e representa não só o setor de mineração de ferro, mas todas as mineradoras. O Relator, os autores dos projetos, estamos abertos aqui, esta é uma Casa do entendimento e o momento é agora. Vamos conversar, não queremos inviabilizar nada, porque estamos aqui para trabalhar para o desenvolvimento do Brasil, dos Estados e dos Municípios. Então, vamos ajustar, mas não é possível manter a situação que hoje está, os dados são insustentáveis.

V. Ex^a usou uma expressão aqui, Dr. Camillo, dizendo que era preciso olhar a floresta e não a árvore, quando se fez referência à questão da tributação. É verdade. E é a floresta que estamos olhando; V. Ex^a tem que olhar os ganhos das mineradoras, principalmente as mineradoras do minério de ferro. O Senador Aécio colocou o que representa a compensação dos minerais e o que representa os *royalties* do petróleo. Se V. S^a fizer um estudo comparativo, vai ver. Vamos olhar a Vale e a Petrobras. Por que a Vale? Não é pontuar a Vale, não. Porque a Vale é a maior mineradora do Brasil e a segunda ou terceira do mundo. O Dr. Claudio falou exatamente isso, quando comparamos o minerador, temos que comparar a Vale.

V. S^a fez referência a potássio e fosfato, tem todo o nosso apoio. Penso que, mais do isentar fosfato e potássio para serem explorados no Brasil, o governo brasileiro tinha era que subsidiar a exploração para poder ter o fertilizante aqui, para atender a agricultura. Tinha que fazer isso, sim. Tinha que ter tratamento diferenciado, como teve lá atrás, quando, hoje, a famigerada Lei Kandir, que penaliza os Estados exportadores de minérios, como é o caso do Pará e, hoje, os vinte e tantos Estados brasileiros são penalizados, mas, naquela altura, era necessário, porque a balança comercial brasileira era negativa, então foi preciso chamar os Estados brasileiros a virem atender a Nação. Mas hoje não é necessário. É preciso que esses Estados sejam compensados na sua perda.

Vamos ver: a Vale teve, em 2010, uma margem líquida de rentabilidade de 37%, contra 7% da Petrobras. Teve um retorno sobre o seu capital de 25.06, Senador Aécio, contra 6.08 da Petrobras. Teve um retorno sobre o ativo de 13.37, contra 3.58 da Petrobras. Alguma coisa está errada nisso, não é possível. Há alguma coisa errada. V. S^a disse: "Mas isso é momentâneo". Se é momentâneo, vamos ajustar. Defendo, inclusive, que os incentivos necessários para atender – e defendo a iniciativa privada – são necessários no momento em que tem que se defender a competitividade. Agora, no momento em que a *commodities* está elevada, não é possível se tirar da sociedade para dar para ao acionista. O que é que está acontecendo agora? A Vale terá, em 2011, mais de 40 bilhões de resultado. Quem ganha isso? Está se tirando de quem? Dos brasileiros,



dos mineiros, dos paraenses. Como o Governador Jatene colocou aqui, com renda *per capita* de metade da média brasileira. Para dar para quem? Para dar para o acionista da Vale. Quem são os acionistas da Vale? O governo brasileiro.

Lamentavelmente não está aqui o Presidente da Vale, porque V. S^a usa sofisma. Sabe qual é o sofisma? V. S^a colocou que o investimento do setor de mineração é privado. Não é verdade. Sessenta e tantos bilhões de dólares de investimento privado. Não é verdade, a Vale não é privada, é estatal. A Vale é majoritariamente capital estatal, quem manda na Vale é o Estado brasileiro, são os fundos de pensão, é o BNDES. É verdade. Tanto é verdade que o Presidente da Vale foi sacado pelo governo brasileiro. Foi o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que foi lá e tirou o Presidente da Vale. Naquela altura, fui à tribuna do Senado Federal e perguntei por que o Sr. Guido Mantega não ia sacar o Presidente do Bradesco, o Presidente do Grupo Votorantim. Por que ele não vai lá e saca? Porque são privados, a Vale não é. Então, temos que olhar a realidade. É legal? É. Mas é imoral. É imoral tirar dos necessitados para dar aos acionistas.

O que estamos propondo, o relatório do Senador Aécio aumenta a distribuição da Cfem para... Não chega a três bilhões, não é, Senador, Aécio?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Entre três e três e meio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Entre três e três e meio. Ou seja, vai tirar de quarenta? Dois bilhões e pouco.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apenas para contribuir com V. Ex^a, se mantido o lucro do primeiro semestre, e queremos que a Vale continue lucrando...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas vai aumentar, Deus queira que aumente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Muito provavelmente. Foram de R\$21,5 bilhões, no primeiro semestre, que, se repetir, serão R\$43 bilhões. Esses três bilhões atenderiam, em grande parte, ao que está se propondo hoje. Hoje, a soma das mineradoras – não apenas a Vale, mas todas as outras – paga cerca de R\$1 bilhão. A Vale, cerca de R\$700 milhões, para o lucro de quarenta e poucos bilhões, ficando as nossas regiões como sabemos que estão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, não é nada que não possa ser absorvido.

Dr. Paulo, estamos aqui dispostos a sentarmos, abrimos a discussão, acredito que V. S^a, como Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, vai nos dar elementos para que possamos ajustar; e o Dr. Claudio Scliar, pelo Ministério, para alguns setores que realmente precisem e devam ser diferenciados em função da lucratividade, em função do valor das *commodities*, para que possamos fazer os ajustes, Governadores do Pará e de Minas Gerais, que são os dois Estados que sofrem as maiores consequências.

Quero pedir aos Srs. Senadores que possamos avançar nesse processo. Sei que teremos uma reação muito forte, Senador Aécio, que vão remar



contra a maré, vão tentar obstruir o avanço dos projetos, vão tentar não fazer que votemos os projetos. Quero pedir, Dr. Claudio Scliar, que o Ministro Edison Lobão, que sei que é favorável, o Governo é favorável à revisão das alíquotas da Cfem, o Governo é favorável à mudança da base de cálculo. Em vez de ser sobre o valor líquido, que permite às mineradoras faturarem por um valor diferenciado para suas subsidiárias nas Ilhas Cayman, para, depois das Ilhas Cayman, as notas fiscais viajarem para o consumidor final pelo valor da *commodity*, fazendo com que o valor já reduzido da Cfem seja menor ainda para os Estados e Municípios mineradores. Que isso seja extinto, o Governo é favorável que isso seja definitivamente extirpado. Então, vamos juntar esforços, Governo e Congresso Nacional, e vamos fazer avançar esse projeto. Estamos abertos, Dr. Camillo Penna, às mineradoras e a todas as empresas. Que possamos, em conjunto, construir, com o nosso Relator, um projeto que atenda, principalmente, aos brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigada, Senador Flexa.

Com a palavra, o Senador Clésio Andrade, autor de um dos projetos.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Srª Presidente, Lúcia Vânia; Sr. Governador Simão Jatene; Governador Alberto; Senador Aécio; Paulo Camillo; creio que complementaria pouco, na realidade estamos juntos nessa empreitada, não é, Aécio? Junto com o nosso Senador Flexa, exatamente dentro dos conceitos que aqui foram colocados pelos Governadores Simão e Alberto, não está se falando em imposto, na realidade está se falando em uma compensação – e uma compensação ainda muito pequena, perto do que se pede.

Na última reunião, na última discussão, tive a oportunidade de ficar um pouco veemente – e ficamos mesmo, porque, quando vemos que o nosso Estado, o nosso povo, está sofrendo a consequência e tendo muito pouca compensação –, realmente acabamos perdendo um pouco a forma mais polida de falar.

Mas o que é importante nessa altura, Dr. Paulo Camillo, penso que é a negociação, sabe? É a consciência de que precisa aumentar os valores. Está muito claro, os números mostram isso. O próprio crescimento da Vale, não tenho dúvidas, mostra a capacidade empresarial extremamente elevada, principalmente após um período de estatal, pois sabemos das dificuldades que tem a estatal de se dar resultado.

Devemos aproveitar muito bem todo este momento: o crescimento mundial, o crescimento de minério. Penso que o mundo está em ascensão e é por aí que vai continuar, apesar das crises pontuais que têm ocorrido.

O crescimento da Vale mostra claramente que há uma margem muito grande em que se pode trabalhar para compensar, principalmente, esses dois grandes Estados, Pará e Minas Gerais, que tanto perdem com isso. Na realidade, se formos discutir antes, Prefeito, sobre o Código de Mineração, sabe



quantos anos isso vai demorar? De cinco para lá. E olha se sair com cinco anos. Então, temos que discutir o que precisam, hoje, os Estados do Pará e de Minas Gerais.

O Senador Aécio Neves, quando pegou para relatar o projeto do Senador Flexa e apensado o meu projeto, também, pensou exatamente isso. Ele melhorou o projeto, cresceu os valores, porque tem uma visão exatamente nesse aspecto. São situações isoladas, não temos que discutir Código de Mineração. Até porque, se formos discutir Código de Mineração, o Dr. Paulo Camillo sabe o que vou falar, sou da área de logística e sei o que vai acontecer com vocês. A verdade é que o desenvolvimento tecnológico nessa área praticamente não existiu, na exploração não existiu. Existe lá no fim do produto, na hora da siderurgia, na hora de produzir o aço, de produzir automóvel, mas, na hora de escavar, é a mesma coisa, só aumentou o tamanho das máquinas. O tamanho das máquinas e o tamanho dos caminhões, para sair poluindo as estradas. Quer dizer, aí o Código de Mineração realmente vai pegar para valer.

Então, a questão não é essa, Anderson, não dá para esperar isso. Essa vai ser uma discussão longa e, talvez, até uma discussão em que eles até tenham razão naquela hora, porque não se consegue fazer essa correção de uma vez. Você está cortando minério lá e vem uma máquina dez vezes maior, jogando mais poeira, e o caminhão também está jogando mais poeira, já que é maior, é de quarenta toneladas, já que é um bitrem, que está poluindo a estrada. A estrada está poluindo a estrada, provocando acidentes, morrendo mais gente. Logo, todo esse processo acaba acontecendo. Então, temos que separar. É uma compensação financeira, não é imposto. Não se está subindo imposto. Está se fazendo uma compensação justa das doenças que estão surgindo no nosso povo, na nossa Itabira, não é, Alberto, na nossa Conceição, no Pará, no Carajás, em todas as regiões. Então, tem que sair essa compensação, e tem que sair rapidamente. E nada melhor, Paulo, do que essa negociação.

Acho que o fundamental é que está aberto, o Senado está aberto a essa negociação. Se está muito o relato do Senador Aécio Neves, há um projeto meu, mais ou menos na linha do que foi discutido, até porque houve o compromisso político – e temos que saber que compromisso político tem que ser cumprido – da Presidente Dilma com o Partido Verde, de Minas Gerais. Participei de algumas reuniões, nas quais ficou claramente definido que iria ser dobrada a alíquota de dois para quatro por cento. O meu projeto reproduz exatamente aquilo, porque foi quando sentimos que o Código de Mineração não ia ser possível. Isso aconteceu dentro de um compromisso político feito exatamente com o Zé Fernando, que era Deputado e que, inclusive, deu apoio para ela.

É um compromisso político, vai ter que ser feito mesmo. O Governo vai fazer. Então, se, a essa altura, partirmos para uma negociação, é um processo natural porque, para as próprias companhias, pode sei criar um mecanismo de



gatilho para cima ou para baixo. Se a situação piorar amanhã, então, tem que se reduzir. Se melhorar a situação, então, cresce mais. Pode-se vincular a isso.

Então, acho que é muito justo tudo isso. E eu faria um apelo para que pudéssemos votar na quinta-feira, Senador Walter Pinheiro, que estava aqui conosco. Apelo para que pudéssemos votar, porque é preciso. Acho que esses dois Estados estão sofrendo muito. Apelo para que pudéssemos votar na quinta-feira e partíssemos para uma solução de votar nas próximas comissões para ir para a Câmara, mobilizando toda a Bancada de Minas, ouviu, Senador Aécio? Aí, chego até ao ponto de perguntar: por que não mobilizar a nossa população também? Não é nenhuma agressão falar isso. Isso faz parte do contexto. O Sérgio Cabral colocou um milhão de pessoas nas ruas por causa dos *royalties* do petróleo. E vejam que eles não poluem tanto. Poluem na hora em que a pessoa quer, não é Senador? Você compra o carro, compra a gasolina, então, está poluindo porque quer. Mas, na hora em que se está explorando o petróleo, não se polui, principalmente em águas profundas, na distância em que está. O minério, querendo ou não, vai continuar poluindo. Vocês vão ter que melhorar os mecanismos de escavação, criar mecanismos novos, mecanismos de adaptação dos caminhões, das carretas, de todos os veículos, porque não dá para continuar do jeito que está. Esse é o Código de Mineração. No Código de Mineração, vêm coisas pesadas e profundas aí. Então, deve ser muito bem pensado, com calma. Não pode ser dessa forma.

O que se precisa hoje é de recompensar nossos Municípios, recompensar nossos Estados. O Senador Aécio está de parabéns, avançou muito no projeto do Flexa e no meu. Eu faria apenas observações com relação às alíquotas. Se houver negociação, Senador Aécio, que retomem as alíquotas municipais maiores, que forem reduzidas para atender já o Estado. Acho justo também. Como o valor está subindo, é natural que haja alteração dessas alíquotas, mas se o valor não subir, deve-se retomar os valores atuais, porque o Município é o mais afetado pelo processo. Mas isso, na próxima reunião, pode ser abordado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Se me permite, Senador Clésio, que toca em um assunto extremamente importante. E é vital que essa questão fique bastante clara, e V. Ex^a abordou de forma absolutamente correta. No momento em que apresentamos nossa proposta elevando em até cinco por cento o faturamento bruto, houve a possibilidade, com essa proposta, falando apenas do Estado de Minas Gerais a que V. Ex^a se referiu, de que os atuais R\$715 milhões, que é total da arrecadação dos Municípios, saltasse para R\$2,3 bilhões, portanto, estamos mais do que triplicando a proposta permitindo que os Estados tivessem o incremento. Por quê? Porque V. Ex^a sabe que temos ainda um passivo enorme, que vai muito além dos Municípios onde estão as minas: são as estradas, as rodovias, são os Municípios limítrofes que também sofrem com a degradação ambiental, com problemas de ordem social causados



pela exploração mineral. Foi uma forma de permitirmos que o Estado possa atuar como mediador em investimentos que não poderiam ser feitos pelos Municípios. Por isso fizemos essa alteração.

Obviamente, se o entendimento nos levar a uma alíquota diferente dessa, não haverá problema nenhum em que se retorne ao valor dos Municípios. O que é equivocados é dizer, como li recentemente nesse final de semana em um artigo em Minas Gerais, que a nossa proposta retira recursos dos Municípios. É preciso que essa traga, como balizadora, a verdade. E V. Ex^a sabe que R\$715 não é maior que R\$2,3 bilhões.

Mas já disse aqui e reitero: devemos estar abertos a uma ampla negociação que pode, efetivamente, possibilitar um reequilíbrio entre essas alíquotas. Contudo, em nenhum momento, a nossa alíquota permitiu sequer aventar a possibilidade – e sabem V. Ex^a e o Senador Flexa – de que os Municípios perdessem recursos. Repito: ao contrário; eles pelo menos triplicam aquilo que recebem hoje se aprovada a proposta como está.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Exatamente por isso que eu disse que a sua relatoria foi inteligente, uma vez que ela elevou os valores e todo mundo ganha. E a gente sabe o prejuízo que o Estado tem.

Há até uma história interessante – muito rapidamente, Presidente – sobre o trem que vai para Vitória e que, numa determinada cidade do nosso Estado, cujo nome não vou dizer, começaram a jogar sacos de lixo em cima dos trens, com a ideia de mandar o lixo embora. Assim, passaram a usar os trens da Vale para levar os sacos de lixo em cima do minério. Aí, em determinado momento, houve uma discussão no meio do processo, depois que a polícia entrou no caso, em que um dos habitantes disse: “O que é que tem eles levarem o lixo se eles estão jogando pó na gente aqui? Se eles jogam lixo aqui, levam lixo embora”. Para vocês verem que coisa interessante!

E o Governador Aécio Neves colocou muito bem: há que se elevar o valor do Estado, porque o Estado tem esses outros Municípios também que são afetados por esse pó de minério que cai por todo lado. Mas o fundamental é isso: nós precisamos negociar, essa questão tem que ser resolvida, e há um compromisso político do Governo, Senador Walter Pinheiro, da Presidente Dilma. Inclusive, eu participei dessa discussão em Minas Gerais. E Minas não pode continuar aceitando esse tipo de situação.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Clésio Andrade.

Passo a palavra à Senadora Marinor Brito.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria, em nome do Governador do meu Estado, Simão Jatene, cumprimentar as autoridades convidadas que aqui estiveram presentes.



Quero dizer que tenho um olhar sobre esse debate que vai um pouco mais além, talvez de uma pressa, mas de uma pressa, tenho certeza, de aprovação de um projeto de lei que busque ocupar as lacunas deixadas por esse tempo de descontrole, digamos assim, das mineradoras e os direitos sociais, garantidos na Constituição Federal, do povo das regiões onde existe a exploração.

Também queria dizer aqui que, por muito tempo – e faço questão de fazer essa demarcação nesse debate –, participei de um comitê nacional tentando impedir a privatização da Vale do Rio Doce. E eu não gostaria de estar, agora, discutindo com setores privados da sociedade brasileira ou de outros lugares do mundo os direitos sobre o uso do solo, a exploração dos recursos naturais nas nossas regiões onde essa atividade incide diretamente sobre a vida e a qualidade de vida do nosso povo, seja do ponto de vista social, seja do ponto de vista ambiental. Mas, infelizmente, essa é uma realidade que não passou pela minha governabilidade, digamos assim, ou dos espaços políticos onde eu transitava no período da privatização da Vale do Rio Doce.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permite um aparte, Senadora? Fique tranquila que, com respeito à Vale, ela continua estatal.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – O senhor quer a palavra, Senador Flexa? Quer continuar? Há mais alguma coisa para manifestar?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Era só isso.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria aqui levantar alguns aspectos que acho absolutamente relevantes. Acho, inclusive, importante denunciá-los em uma audiência como esta. A empresa Vale do Rio Doce, que traz enorme quantidade de manganês da Serra dos Carajás para ser beneficiado em uma cidade próxima, da região metropolitana, Barcarena, no Pará, gera grande quantidade de resíduos que são depositados em grandes bacias a céu aberto. Esses resíduos contaminam poços, igarapés, e outras fontes de água das quais se serve a população local. A consequência dessa contaminação são doenças de pele, doenças nos olhos, perda de dentes entre outras. Cabe inclusive – e nós a estamos formalizando, mesmo depois de termos formalizado ao Governador do meu Estado – uma denúncia à OEA sobre essa situação desumana que é consequência da forma desastrosa, desrespeitosa aos direitos humanos com que as mineradoras têm ocupado o nosso território e explorado os nossos minérios.

E faço questão de dizer isso porque nós não estamos aqui apenas tratando de um projeto que vai gerar um pouco mais de recurso aos Municípios ou aos Estados. Nós precisamos reparar esses danos sociais e ambientais. É preciso que o povo brasileiro se aproprie dessa realidade, dessa cruel realidade que vivem as cidades que são vítimas da exploração e do lucro que as mineradoras estão tendo.

Não é à toa que, no Pará, hoje as empresas mineradoras são as patrocinadoras porque se sentem donas do território, sentem-se donas do solo. Não adianta estar na Constituição brasileira que o solo é brasileiro, que é do povo



brasileiro, quando as mineradoras mandam e desmandam. A Vale do Rio Doce manda no Pará. Manda no Pará! Determina toda a infraestrutura. E há de se dizer aqui que mente o Presidente da Vale quando diz que não tem investimento público. Toda a infraestrutura até hoje – 100% – colocada à disposição das mineradoras no Estado do Pará foram recursos públicos, Senador Aécio. Recursos públicos, dinheiro do povo, para que o povo seja explorado! É preciso dar um basta nisso!

Eu não tenho certeza se o projeto garante encontrar uma saída para tentar minimizar os problemas socioambientais deixados, mas eu acho que é preciso ter sensibilidade ao tratar disso. Eu não considero pouco relevante – e não tenho aqui mais nenhuma afinidade partidária com o Partido dos Trabalhadores hoje –, mas é preciso considerar, com respeito, as preocupações levantadas aqui de que é preciso evitar as rasteiras, como disse o Sr. Anderson, Presidente da Amib aqui, que as mineradoras têm dado nas cidades brasileiras e nos Estados brasileiros. É preciso encontrar formas, na legislação, para evitar a sonegação, porque são as mineradoras as principais sonegadas de impostos neste País.

Então, eu queria aqui colocar-me à inteira disposição. Já me coloquei junto ao Governador Simão Jatene. Faço oposição ao Governo dele, mas faço oposição programática, respeitando as posições existentes. Quero colocar-me à inteira disposição até a votação do projeto, para buscarmos essas saídas, Senador Aécio. E tenho certeza de que V. Ex^a é uma pessoa sensível a isso e tem mediado alguns debates aqui, no Senado Federal, para que a gente encontre o ponto de equilíbrio necessário, para que a gente minimize o sofrimento não dos Estados, das cidades, mas do povo que vive nas regiões afetadas pela exploração mineral no nosso País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senadora Marinor.

Passo a palavra, agora, ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, Governadores, representantes do Ministério, dos Municípios, a primeira coisa que eu quero levantar nesta audiência, meu caro Governador Simão, é que a compreensão nossa é a compreensão de que este projeto, inclusive, já está completamente fora do tempo em que nós deveríamos ter adotado medidas contra essa predatória exploração no Brasil. Então, eu até louvo a sua atitude de aqui pedir aos Senadores que façam isso de forma a atender a essa demanda.

O nosso Estado, apesar de não estar aí na bancada, também é um dos Estados – se não for o quarto, é pelo menos o quinto Estado – que têm recebido esses recursos do setor mineral. E faz o terceiro maior investimento hoje nessa área de mineração: perde somente para o Estado de Minas e para o Estado de V. Ex^a. Então, esse é o debate importante.



Portanto, não há, por parte aqui desta Comissão – e aí, Senador Aécio, nenhuma... Eu até descobri que o prefeito é do PT nesta audiência. Então, é por isso que eu não podia submeter-me ao pito de V. Ex^a, até porque sou tão Senador quanto V. Ex^a. Então, portanto...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – É muito mais, Senador Walter! V. Ex^a sabe o respeito que tenho por V. Ex^a. Não foi essa a intenção. Se assim foi, quero pedir desculpas. Apenas fiz um relato, uma contestação a uma afirmativa que considerei inadequada, mas V. Ex^a sabe o respeito que lhe tenho.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas aí é importante, porque V. Ex^a, inclusive, na quinta-feira que nós abrimos esse processo aqui, não viu hora nenhuma vincular o debate dessa questão, inclusive, com a posição de governo. Pelo contrário.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – E continuo não vinculando, Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pelo contrário. Muito menos... E aí nós estamos fazendo um debate aqui agora, não é uma política para governo, nós estamos discutindo ações para o Estado brasileiro; e, aliás, Flexa Ribeiro, este trecho, por exemplo, que sai de Brumado, na Bahia, e vai até Montes Claros, em Minas Gerais, que é um corredor de mineração, eu não conheço de ouvir falar, eu conheço dormente a dormente. Andei como Deputado, andei quando criança, porque o meu pai fazia exatamente esse trecho como chefe de trem. Conheço essa região como a palma da minha mão.

Este é um debate que faço, se o Senador Aécio se lembrar, desde a época em que, inclusive, éramos Deputados Federais, o debate sobre a regulação do setor mineral. Participei ativamente na Câmara dos Deputados no debate dessa questão, inclusive, do papel que seria uma agência para o setor mineral e na diferenciação de projetos. Nós não estamos falando de uma agência que tem o mesmo perfil de uma agência reguladora, tipo Aneel e Anatel. Nós estamos falando de uma agência que tem muito mais uma característica de agência executiva e, portanto, vai regular uma relação que não é das mais fáceis.

Os senhores que são Governadores sabem disso, e, quando o Prefeito Anderson cita a burla aqui, meu caro Flexa, é exatamente neste aspecto: qual é a capacidade de regulação? Que legislação nós estamos apontando para evitar que essas coisas aconteçam? Como é que nós vamos armar a estrutura de Estado para ela fazer a defesa dos interesses desses Municípios? Talvez defender os Estados seja um pouquinho mais fácil, mas ninguém mora no Estado, Flexa; o cidadão mora no Município. É exatamente nos Municípios brasileiros que nós estamos convivendo com o problema não só da degradação ambiental, como da degradação social.

Portanto, o setor mineral tem produzido riquezas aqui muito bem apresentadas, mas também tem produzido problemas sociais gigantescos em diversos dos nossos Estados, e isso se apresenta nos Municípios. Os Estados vão



arrecadar, mas são os Municípios, Senadora Lúcia Vânia, que efetivamente vão lidar como o problema frente a frente. Não há exploração mineral no Estado, tem de haver um lugar para essa exploração mineral ocorrer, para essa atividade.

Então, esse debate é importante. É por isso que era fundamental esse debate que nós puxamos aqui vir acompanhado não só da questão da taxa de regulação desse serviço, mas efetivamente quais as condições para que o Estado brasileiro possa agir nesse setor do ponto de vista dessa regulação. E aí não é só para fiscalizar a cobrança, Prefeito Anderson, que é fundamental fazer para que não haja burla, mas também para adotar medidas inclusive no que respeito à operação nessa área, que virou uma verdadeira – desculpe-me o termo – esculhambação no Brasil.

Esse é um processo extremamente delicado, não por incapacidade do DNPM, mas pela estruturação em que está pautado, hoje, o nosso DNPM para atuar nessas áreas. Volto a dizer: os senhores sabem disso mais do que eu, porque convivem com esse drama, sabem exatamente como é difícil hoje fazer o acompanhamento, sem contar a invasão que a gente tem a partir, inclusive, de diversas movimentações de interessados em mineração e o processo de acompanhamento de exportação desse produto – outra área também em que a gente enfrenta uma série de dificuldades.

E aqui eu quero insistir, eu volto a dizer, Flexa, desde a reunião passada que eu disse a vocês: nós não tivemos nenhuma conversa com a Vale, e acho que a gente tem de ter uma postura aqui linear nesse processo, seja para tratar a questão do fósfil, seja para tratar a questão do silício, que é muito importante no Brasil e a gente discute pouco. Nós temos, inclusive, uma reserva de silício das mais importantes e da melhor qualidade do mundo, em pouca quantidade se comparada com a demanda que o mercado mundial aponta para a questão do silício. Mas nós temos a melhor areia, poderíamos dizer assim, para a produção de semicondutores.

Portanto, não é tratar isso... Não é essa história de dizer que nós estamos fazendo o esforço aqui para não se votar. Não teve nenhuma obstrução, meu caro Flexa! Pelo contrário. Foi de nossa parte que você encontrou guarida aqui para fazermos esta audiência, promover o debate e tentar, inclusive, aportar ao relatório do Senador Aécio um conjunto de sugestões que caminham na direção de eliminarmos todas e quaisquer possibilidades de um processo crescente de judicialização nessa área. Eu creio que é importante. Nós estamos convivendo com isso agora, Senador Aécio, na questão do petróleo. Então, é importante que vejamos a barba do vizinho arder e botemos a nossa de molho.

Acredito que dá para fazer isso ainda nesse relatório. Estou apresentando, na próxima quinta-feira, uma série de sugestões para essa questão, porque nós estamos convivendo com isso. Quer dizer, antes de votarmos um projeto no plenário, nós já temos a ameaça de que vamos nos deparar com o Supremo Tribunal Federal por conta das leituras. Aliás, como J. P. Morgan sempre



falava, advogado é para me dizer como vou fazer o que quero fazer. Então, bota-se um de cada lado e depara-se com as diversas interpretações sobre a natureza disso.

Então, esse é um terreno, inclusive, que é muito fértil para isso: mexe com o subsolo, tem a intervenção do Município, tem o debate que envolve outros atores. A capacidade que temos de ter problema nessa área é muito grande. Então, você vai convivendo com esse drama.

Essa é uma fase que eu acredito que seja importante também já aportarmos, para que esse relatório, Senador Aécio, não se prenda só a... Acho que é importante aumentar três vezes. Então, se o senhor pegar aqui o dado da Bahia, a Bahia, que recebe hoje pouco mais de R\$78 milhões, passaria a receber R\$260 milhões, grosso modo, se fizermos uma transposição pura e simples do que é a aplicação da alíquota. É bom, é legal! Beleza! Vamos fazer isso! Mas era necessário irmos um pouquinho além dessa questão das alíquotas e fechar algumas questões. Essa coisa, por exemplo, essa questão da agregação de valor, eu não peguei a sua explicação porque estava exatamente discutindo ali os *royalties* do petróleo, para ver se o Senador Vital do Rêgo entregava o seu relatório, como fez agora há pouco, ali, na Mesa.

Então, esse é o debate, quero chamar atenção, para fazermos. Não acredito que isto seja uma oportunidade para nos contrapormos sobre se o Governo mandou ou não mandou o Código de Mineração. Não acredito que tenhamos de esperar um compêndio para tentarmos discutir essa questão. Não é essa e não é esse o caminho. Eu, particularmente, não acredito. Da mesma forma que sempre disse que não acreditava naquela história de Lei Geral de Comunicação Eletrônica de Massa. Desde 1999, Senador Aécio, que alguém dizia que iria mandar um Tratado de Tordesilhas e até hoje não veio sequer uma linha alterando esse contexto.

Nesse setor, pior ainda. Então, não é a nova revisão do Código de Mineração Brasileiro produzido num tratado. É importante que peguemos partes dessa trajetória e vamos pontuando, e vamos aprimorando, inclusive. Nós vamos ter oito anos de mandato aqui, no Senado. Portanto, vamos ter oito oportunidades, a cada ano, de ir enxergando as realidades e tentar aprimorar essa questão.

Então, dá para fazer. Não vejo nenhum problema em relação a essa aplicação. E há essa, principalmente, fragilidade da aplicação dessa legislação nos Municípios. Então, acho que é importante.

Por último, eu ainda acho que esse relatório, Senador Aécio, também poderia conter aspectos do que nós também tentamos ali no petróleo, no que diz respeito à vinculação em relação aos *royalties* distribuídos a cada Município. Estabelecemos, por exemplo, a área da pesquisa nesse segmento. Qual a contribuição que esse segmento tem dado para a pesquisa nacional? Nós estamos falando aí de quarenta e tantos bilhões. Tira aí... Veja se, ao longo desses anos, nós tiramos R\$4 bilhões, para pesquisa, desse setor! Eu não vi. Se



alguém fez, fez para si. E pesquisa não é um processo que pode ser feito para si. A pesquisa que nós fizemos ao longo dos anos na Petrobrás foi uma pesquisa para a Nação. É por isso que estamos discutindo hoje que o petróleo não é do Rio de Janeiro, porque o dinheiro investido na pesquisa para chegarmos a 7.000 metros na lâmina d'água, esse dinheiro foi retirado de todos os Estados brasileiros e de todos os brasileiros.

Então, vincular parcela desse recurso para a gente destinar não só à pesquisa para atuação no setor, mas também à pesquisa e inovação para resolver graves problemas nas áreas de mineração. Vincular, por exemplo, é fundamental para a gente obrigar que parcela do recurso seja aplicada para restaurar e para resolver problemas inclusive da vida das pessoas, Governador.

Às vezes, a gente diz assim: "Não dá, vai para o Município e tal!". As carências são tantas que às vezes o dinheiro dos *royalties* do setor mineral chega ao Município, meu caro Governador de Minas, e, de repente – eu não estou dizendo que há desvirtuamento ou que há aplicação errônea, as necessidades é que são tamanhas –, para aquela área específica não vai um centavo, não vai um mil réis de mel coado!

Portanto, não custa nada a gente já tentar estabelecer parâmetros nesse projeto que amarrem boas condições para que a gente tenha um nível pelo menos de vinculação. Reclamamos tanto da saúde – e aqui o prefeito falava da questão da poeira, das condições. Reclamamos tanto da formação de mão de obra, Senador Aécio, para trabalhar nessa área. E reclamamos tanto, inclusive, das condições em que essa mão de obra termina operando no setor mineral. Esse é outro fator preponderante.

Normalmente – com raras exceções –, as empresas obrigatoriamente têm que se estruturar. Esse é um setor que tem um traço: o chamado ambiente de trabalho completamente insalubre, perigoso e degradado na sua natureza. Então, ele tem uma característica muito própria. Se não tivermos uma posição, se não adotarmos posições que caminhem na direção até de superar, em determinadas escalas, um trabalho extremamente parecido com o que nós estamos combatendo aqui de trabalho escravo...

Esse final de semana, Senador Aécio, eu estive em uma região da Bahia, região que é fronteira com Minas, e na hora em que estávamos descendo do morro, um morro todo furadinho... As pessoas convivem, naquelas regiões, morando numa barraca – aquilo não é nem barraca: são quatro troncos, às vezes galhos de árvore retirados, monta-se ali, faz-se uma lona só para o cara efetivamente, em um dado momento, ficar ali na cobertura ou pegar e botar a panelinha dele com um graveto para ver se vai cozinhando o grude dele ali, e ali ele vai tocando... São milhares de pessoas!

A cidade em que eu estive nesse final de semana é uma cidade de pouco mais de 10 mil habitantes, e 1,5 mil pessoas transitam na cidade todos os dias. Todos os dias, 1,5 mil pessoas, para uma cidade de pouco mais de 10 mil



habitantes! Isso desagrega, isso cria problemas! E as condições de trabalho dessa gente são condições completamente fora de qualquer padrão que a gente esteja defendendo hoje.

Portanto, esse é um debate que é importante a gente travar. É óbvio que a gente não vai transformar esse projeto num verdadeiro compêndio, resolvendo todas as coisas. Mas acredito que, nessa linha, é possível a gente ajudar, contribuir para que essas melhorias sejam introduzidas. E que a segurança jurídica, que a nossa capacidade de atuação nos permita, através dessa lei, um nível maior de cobrança da ação – aí, sim – da estrutura de Estado, para termos o funcionamento, a cobrança, a fiscalização e a justa regulação desse setor.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Senador Walter, se me permite a Presidente Lúcia, apenas uma rápida consideração.

V. Ex^a é conhecido, nesta Casa, como um Senador extremamente construtivo. Muitos podem achar isso uma novidade; eu não. Fomos colegas da Câmara dos Deputados durante muito tempo, trabalhamos juntos como líderes partidários – eu, na época, Líder de Governo e V. Ex^a da oposição. E digo que não deixo de ter certa saudade daquele tempo, mas nós sempre soubemos colocar as questões. Espero que não pela eternidade, mas a verdade é esta: nós sempre soubemos, Senador Walter, colocar as questões de interesse do País e do Parlamento acima das nossas posições circunstanciais.

Construímos a nova legislação de imunidade parlamentar, que acabou com a imunidade parlamentar, o novo Conselho de Ética, a questão da regulação das medidas provisórias naquela primeira movimentação, e V. Ex^a sempre muito ativo. Então, isso me dá muita tranquilidade de que V. Ex^a será um construtor de entendimentos. Muitas das abordagens que V. Ex^a traz estão também nas nossas preocupações.

Em relação à fiscalização, sabemos que hoje a DNPM recolhe a Cfem, depois, num prazo de até seis dias, se não me engano, repassa aos Estados e Municípios.

É frágil a estrutura do DNPM nos Estados. Estamos propondo que isso possa, Prefeito Cabido, ser feito conjuntamente Municípios e Estados, obviamente que com a participação também da União, quem sabe utilizando a estrutura de arrecadação do ICMS que as Secretarias da Fazenda, Dr. Pedro Meneguetti, tem hoje.

Queremos buscar inovações que garantam efetivamente aquilo que todos nós consideramos essenciais, que não haja a judicialização do processo – as mineradoras têm tido a capacidade de, através da judicialização, não atender a compromisso com Municípios e com Estados; a questão da destinação do recurso – discutimos muito, Senador Flexa, Senador Clésio e eu – achamos que, num primeiro momento, para não fazermos um compêndio, deveríamos nos fixar na nova regulação, na nova arrecadação, na nova distribuição das alíquotas para, num segundo momento, entrarmos nessa questão que considero extremamente



positiva, inclusive a contribuição do prefeito, limitarmos a determinadas ações para que esse recurso, que também é finito, se perca, seja nas administrações municipais, seja nas administrações estaduais.

Faço apenas essas rápidas observações para dizer que estarei, a partir do encerramento desta reunião, à disposição dos Srs. Senadores, daqueles que aqui participaram dos debates, para que possamos – mas acho que teremos que fazer isso com alguma brevidade – apresentar um projeto que seja votado, e cada um aqui vai manifestar, no momento certo, a sua posição em relação a ele.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Encerradas as inscrições...

Gostaria de falar, Senador Zeze Perrella?

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Só uma observação, Srª Presidente, se me permite.

Entendo a preocupação do Dr. Paulo Camillo Penna, como empresário que também sou. Toda atividade tem determinado período em que ela é complicada. Hoje, de repente, vocês podem estar vivendo um *boom*, tanto é que a Vale está com um lucro previsto de R\$40 bilhões, porque não se cria um *royalty* menor, Senador Aécio, fixo, e um bom *royalty* sobre o lucro? Porque o empresário não vai ter o que reclamar se tiver que pagar muito amanhã.

Fica aí a sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Encerrada a discussão, passo a palavra agora para as considerações finais.

Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – V. Exª me permita, pegando pelas palavras finais do Senador Aécio.

Na verdade, participei rapidamente da última audiência, daquele último encontro e, a partir dali – quero inclusive me dedicar mais; estive nesse período muito voltado para essa discussão dos *royalties* do petróleo; temos a previsão de votação amanhã – gostaria de me debruçar sobre esse tema.

Entre todas as coisas colocadas, existe, que eu saiba, um grupo de trabalho dentro do Governo no sentido do lançamento de um plano nacional, que eu acho que vem em boa hora, a partir da proposta do Senador Flexa Ribeiro, enfim, substitutivo que V. Exª apresenta.

Existe um ponto ao qual quero a ele muito me dedicar, que é a alternativa que podemos colocar para o Brasil e a alternativa muitas vezes para os Estados. Ou seja, o sistema que temos hoje, as coisas acontecem no Município, acontecem no Estado e têm pouca capacidade para tomar decisão, mesmo de fiscalização. A gente faz contrato entre o Estado e o Governo Federal, mas é um contrato muitas vezes questionado. Na hora do pega, normalmente o Judiciário tem sido contrário, por conta da fragilidade.

Outro ponto: temos no Brasil a CPRM, empresa que atua na área de pesquisa que, a exemplo do que se faz com o petróleo, também pode ter um papel



maior – a própria legislação já o permite; eu queria ver com o Dr. Claudio Sclair sobre isso – aonde o setor privado não vai. Muitas vezes você tem – louvo aqui a iniciativa da definição de *royalties*, de prazos, enfim – um pedido de concessão de licenciamento para pesquisa, depois para investimento, e não acontece, isso vira instrumento de reserva de mercado, que é uma coisa muito comum e, muitas vezes, prejudicial à região. Para aqueles Municípios, para aquela região, para aquele Estado, a alternativa que existe de riqueza para gerar um desenvolvimento não acontece.

Então, creio que também temos de estudar essa possibilidade de um papel maior para uma empresa como a CPRM no sentido de ela ser fortalecida como alternativa para essa área da mineração, para citar aqui alguns exemplos.

Mas eu quero me somar, estarei já após a audiência, Senador Aécio, buscando juntar-me aos demais Senadores que estão lidando com esse tema na CAS.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Wellington Dias.

Vou retornar a palavra aos expositores para suas considerações finais, mas quero aqui alertar que já estamos na Ordem do Dia, e cada um tem de ser bastante rápido.

Com a palavra o Dr. Claudio Scliar.

O SR. CLÁUDIO SCLIAR – Primeiro, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer o convite para aqui estar e dizer que, sob o olhar do Senador Edison Lobão – que é o primeiro retrato que ali está –, não tenho dúvida alguma de que os projetos apresentados, seja no Senado, seja na Câmara, muito contribuíram para a discussão que fizemos nesse período e que tem que ver com o que o Senador Flexa Ribeiro inclusive levantou, porque a proposta colocada, seja no final do Governo Lula, como agora no Governo Dilma, pelo Ministro Lobão, tem que ver com um novo modelo para a mineração brasileira, como o Senador Walter Pinheiro levantou.

E, inclusive, Senador Aécio, é nessa perspectiva que entendo a manifestação do Prefeito Cabido, de Congonhas, que participou muito desta discussão mais ampla: a Cfem, sem dúvida, é um ponto vital, é o bolso, é aquela questão de quanto se paga. Não é só a questão da alíquota, não é só a questão do montante; é a questão de como isso vai ser cobrado, de como se dão essas concessões – e a proposta nossa que estamos discutindo é um contrato – e de como se dão essas condicionantes, como se dá essa responsabilidade da mineradora, desde a pesquisa até ter essa concessão desse bem da União.

Então, Senadora Lúcia Vânia, eu não tenho dúvida alguma – como pensam os Senadores Walter Pinheiro e tantos outros aqui, sejam da situação, sejam da oposição – de que esta Comissão vai ter um papel fundamental em discutir esse aspecto do modelo da mineração no País, em que a questão dos



royalties – concordo plenamente, acho que o Senador Aécio pegou bem esse aspecto – não é um imposto, é um preço público, considerando-se também como se dá o aproveitamento desse bem mineral e o retorno para a sociedade, seja para o Município, seja para o Estado, seja para a União.

Assim, esse aspecto tem de ser pensado dessa forma mais holística, mais das mudanças de um Código que foi feito em 1967 como um plano nacional, com um plano decenal que os militares fizeram naquela época, de 1965 a 1975, em que a questão central era produzir, produzir, produzir. Esse Código teve seus objetivos naquela época, naquele momento. O mundo mudou. O Brasil mudou. Hoje não é só o produzir de qualquer maneira e de qualquer jeito, não é só “exportar é o que importa”. Não é mais isso. Estamos em outro País, em outra conjuntura.

O projeto que os senhores apresentaram e esses projetos que estão vindo pelo Governo Federal, sem dúvida alguma, vão se somar a essa preocupação do Estado brasileiro, a essa preocupação do Congresso Nacional que o levará a fazer uma discussão muito positiva para tirarmos uma nova legislação e novos órgãos que melhor encaminhem o bom aproveitamento dos minerais brasileiros.

Muito obrigado a todos.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Permita-me, Presidente, apenas agradecer a contribuição extremamente positiva do Dr. Scliar, conhecedor profundo da matéria.

Quero dizer a V. S^{as}, os oradores que estão aqui, que é muito bem vinda e esperada, inclusive, há algum tempo, essa nova proposta do Governo, que aqui será debatida, que aqui será certamente aprimorada. Mas nós temos as nossas responsabilidades como legisladores.

É intenção tanto do Senador Flexa quanto do Senador Clésio, autores da proposta, ocupar este espaço de discussão. Certamente, no momento em que o Código aqui chegar, ele vai ser incorporado ou vai caminhar paralelamente, não importa. O que nós não devemos fazer é negar apoio à discussão de algo extremamente essencial ao País.

Nós temos já, como disse o Senador Walter Pinheiro, um atraso muito grande na discussão dessa matéria e, independente da sua origem, ela tem que ser compreendida como algo de interesse do Estado brasileiro e, sobretudo, da Federação brasileira, porque ela trata também da Federação no momento em que fortalece ou dá condições de enfrentar suas dificuldades aos Municípios e aos Estados brasileiros. Nós teremos outras oportunidades.

Já foi votada nesta Comissão a matéria, seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos e nós teremos, nesse ínterim, oportunidade de aproveitar experiências e discussões já havidas no Ministério, mas sem obstaculizar, sem prejuízo do avanço das discussões que o Senado da República faz, cumprindo



com sua prerrogativa constitucional de legislar sobre as questões da Federação, que é o que nós representamos nesta Casa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Dr. Claudio de Scliar. Quero cumprimentá-lo pela colaboração nesta audiência pública.

Passo a palavra agora ao Dr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

O SR. PAULO CAMILLO VARGAS PENNA – Bom, eu gostaria de agradecer a oportunidade de ter me manifestado em nome da mineração brasileira neste ambiente tão construtivo onde se busca a edificação de um novo diploma legal, de uma legislação que efetivamente reduza o grau de judicialização, que promova o desenvolvimento da atividade mineral, que contribua efetivamente para a verticalização, porque o que ocorre hoje efetivamente é exatamente o contrário.

Nós temos uma legislação absolutamente superada e que precisa efetivamente ser discutida e modernizada. Eu só lamento, em primeiro lugar, que a discussão tenha por base uma companhia. No projeto que foi colocado, com o respeito que o autor e que o relator têm, a sensação que se tem a todo momento é que se tomou por base uma única companhia. Vou citar o nome dela: a Companhia Vale, que é uma empresa absolutamente diferente das dez mil outras que existem no Brasil. Eu gostaria muito de que tivéssemos dez mil empresas como a Vale. Seríamos talvez a maior potência mundial. Então eu acho que essa percepção do Código de Mineração, da Agência de Mineração, da legislação de *royalties* deve ser percebida num ambiente de mais de dez mil empresas que funcionam no Brasil.

A discussão hoje em relação a *royalty* se efetivamente ele é um preço público, se é um imposto, se é uma taxa, para mim, é uma tecnicidade sem importância, na medida em que, na última linha, o que importa é a capacidade de sangrar o resultado da empresa.

Nós hoje não podemos ter nomes e números soltos colocados de maneira esparsa, como foi citado aqui o IUM e outros impostos e taxas de outros países, sem considerar a totalidade dos encargos que se impõem ao setor mineral. Essa comparação é absolutamente necessária, como é absolutamente necessária também a universalização do pagamento de tributos e impostos neste País.

O ex-Presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais Waldir Salvador, em declaração há dois, três anos, dizia que, dos duzentos Municípios onde havia registros de atividades minerais, apenas cem pagavam impostos, ou seja, sequer se pretende efetivamente ampliar a contribuição. Claro, Senador, é uma injustiça efetiva que se comete contra as empresas que são formais, as empresas que contribuem decisivamente para a promoção do desenvolvimento deste País. Hoje o que se busca claramente é sangrar a capacidade das empresas que hoje dão resultado.



O Senador Zeze Perrella colocou que deveria haver uma alteração na legislação sobre a participação do resultado das empresas. Deveria, sim, se o legislador que fez a legislação ordinária, Senador, tivesse optado, em vez da contribuição, que é a Cfem, pela participação no resultado. Mas por que ele não fez isso? Porque, nos anos 1980 e nos anos 1990, a indústria da mineração brasileira desapareceu, como praticamente desapareceu em 2009. Os senhores se esquecem de que, em 2009, houve uma redução do preço das *commodities* de 60% em média, com o setor atingindo um recorde de investimento de US\$57 bilhões; investimento privado.

O Senador Flexa, hoje, reestatizou a Vale e estatizou o recurso de quem trabalha em empresas públicas. O recurso do trabalhador que trabalha em empresa pública é recurso privado, Senador, e, efetivamente, se há o controle pelos fundos de pensão da Vale, o fundo de pensão é constituído por recursos privados.

Acho que teremos que ter um debate calcado, baseado e lastreado em informações de sustentabilidade técnica. Tanto se fala em sustentabilidade! Nós tivemos equívocos históricos neste País: a troca do IUM, quer dizer, a participação do Município brasileiro que tinha 20% do IUM foi seduzida por uma troca de 65% nos *royalties*. Quer dizer, a troca percentual não guardou nenhum estudo técnico; não houve nenhuma observância de maior profundidade nessa troca, que acabou sendo, efetivamente, danosa para os Municípios.

Mas também não nos podemos esquecer de 1989. Em 2009, nós saímos de uma carga tributária de 22% para 35%. Oneramos significativamente as empresas. É nesse contexto, no contexto de uma análise técnica sustentável, no contexto de uma competitividade que o setor não pode perder em relação aos outros países e mesmo no contexto de que efetivamente há setores que não continuam a atuar no Brasil; se tivermos aumento na carga proposta, que deveremos ter esse debate.

Mais do que isto: eu citaria, por exemplo, a indústria do alumínio no Brasil. O Brasil, em 2001, passou a ser importador de alumínio. O Brasil não resiste a um aumento de carga de bauxita; o Brasil não resiste a um aumento de carga de caulim; o Brasil não resiste a um aumento da modificação de base em rochas ornamentais, porque, pela peculiaridade da atividade, o aumento é de mais de 1.000%. Mais do que isto: nós temos, efetivamente, pela proposta que está sendo apresentada, um aumento de 5% a 10% dos *royalties*. Foi esquecido que existem 50% do superficiário sobre o *royalty* que é recolhido.

Então, quando se propõe um aumento para 5%, nós estamos falando, na verdade, em 7%. Mais do que isto: quando se incorporam os 2,5%, temos, então, um valor sobre o faturamento de 10% e muito mais do que isso. Por uma conta muito rápida, estamos falando, hoje, de um *royalty* de cerca de 20% nas bases atuais.



Quando o Senador coloca a Austrália como exemplo de aumento de *royalty*, eu devo lembrar, primeiro, que há uma posição do governo australiano de compensar o *royalty* que é estadual nos demais impostos. Proposta, inclusive, que é contemplada pelo Ministro Edison Lobão. O Ministro tem se manifestado reiteradas vezes da seguinte maneira: “Considero o *royalty* de Estados e Municípios baixo, mas também considero que um aumento significativo nos *royalties* reduz a competitividade da indústria mineral. Dessa maneira, o que devemos fazer é, se houver um aumento desse encargo, que tenhamos também uma compensação em outros tributos para a indústria mineral brasileira continuar a ser competitiva”.

Lembro ainda de papéis sociais fundamentais que minérios como areia, brita, saibro têm no desenvolvimento social deste País. E lembro mais: lembro que essa discussão a ser implementada deve guardar sinergia com a política nacional de tributação. Quer dizer, o aumento, puro e simples, de *royalties* do setor não vai espelhar efetivamente o grau e o impacto que a atividade vai sofrer e o dano que pode trazer para um setor que contribui decisivamente para o desenvolvimento nacional.

De uma maneira muito rápida, são os meus comentários finais, atendendo à solicitação da Senadora no sentido de que eu seja breve.

Mas eu chamo – e conclamo os Srs. Senadores, agradecendo a abertura para uma negociação – a atenção para a importância de termos bases técnicas sustentáveis, sólidas, para que não tenhamos aqui um debate e uma solução predatória para um setor que é, efetivamente, um dos que mais contribui para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Paulo Camillo Vargas Penna e passo a palavra ao Relator.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Srª Presidente, V. Exª permite uma colocação?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Clésio.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Dr. Paulo, acho que é exatamente dentro de tudo que foi falado e que se complementa: é importante que se separem essas duas discussões. Essa abertura de negociação, atendendo também a essa situação emergencial, que é a necessidade que os dois Estados, os três Estados, com a Bahia, têm, é fundamental, porque as discussões vão ser muito profundas. Mesmo com os representantes dos mineradores em número de dez mil, V. Exª sabe quantos mil mineradores estão com dificuldades de transportar o minério. Eles não têm o direito de transportar o seu minério, o direito de passagem. Isso vai ter que ser discutido no Código de Mineração também. Quer dizer, há uma série de outras coisas que vão surgir que são temas bastante complexos e demorados.



E a questão da compensação é uma coisa muito mais fácil de fazer numa negociação, naquilo que é razoável, porque ninguém também quer destruir as mineradoras, mas tem uma margem em que se pode trabalhar e ajudar nossos Estados hoje, atender a uma situação emergencial e trabalhar o resto com calma, Senador Walter Pinheiro. Esta questão do direito de passagem é muito mais grave, porque mais de 30% das mineradoras não têm nem como transportar o minério, ou está transportando por um valor caro. Aí sim, essas, realmente, não aguentam transportar porque não podem usar a ferrovia.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Relator.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) (*Falha na gravação.*) – ... uma consideração em relação ao que disse, com a competência de sempre...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso aí, Clésio, chama-se compartilhamento de infraestrutura.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Relator.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Na verdade, é apenas para fazer algumas considerações finais em relação ao que diz, mais uma vez, o Dr. Paulo Camillo Penna, que cumpre aqui o seu papel, obviamente, de representante das empresas de mineração. Faço apenas uma ressalva, na verdade, para tranquilizá-lo: não é intenção de nenhum dos Senadores que estão aqui ou que vão se aprofundar nessa questão, para usar um termo de V. Exª, sangrar a capacidade das empresas que dão resultado, ao contrário: todos nós sabemos da importância do setor, queremos que ele continue trabalhando, trazendo divisas para o Brasil, trazendo resultados, gerando empregos. Mas não cabe, no mundo de hoje, Dr. Paulo, para qualquer empresário, seja ele um grande empresário, dirigente de uma companhia como a Vale, seja ele um pequeno minerador, desconhecer suas responsabilidades ambientais, suas responsabilidades sociais e até de investimento.

V. Exª citou, na sua explanação inicial, que o setor público compartilha com as ferrovias e os portos do setor mineral, empreendimentos do setor mineral. Eu poderia dizer, da mesma forma, que o setor mineral compartilha com as rodovias a questão de responsabilidade, e o Governador Simão Jatene deve saber o custo disso para ele e de outros instrumentos públicos.

O essencial é que essa discussão se dê com serenidade e com responsabilidade, mas com a compreensão, por parte das empresas mineradoras, de que nós teremos que avançar.

Um questionamento que eu poderia deixar ao Ibram também: por que o Brasil recebe, Senador Flexa, somente 3% dos investimentos em pesquisa mineral, com todo o potencial geológico que nós temos, enquanto a América Latina, 23%? Essa não seria uma grande responsabilidade, também, das



empresas mineradoras? Acho que sim, porque exatamente esse investimento poderia, melhorando a tecnologia, a operação das empresas, de alguma forma, amenizar o impacto de um eventual aumento da Cfem.

Mas um dado final – não vamos aqui polemizar, até porque temos uma votação agora – é um dado do Ibram, do instituto de V. Ex^a, quanto ao valor da produção mineral. Eu falei sobre ele, mas agora dou a origem dos dados. Em 2010, o valor da produção mineral foi de R\$62 bilhões. Vamos ficar em reais.

O SR. PAULO CAMILLO VARGAS PENNA – *(Fora do microfone.)*

Trinta e nove bilhões de dólares.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Trinta e nove bilhões de dólares. Pode ficar em dólares. Estou mais familiarizado com o real. Não sou minerador. O volume da Cfem recolhido, para ficar em real, nesse período, para o resultado de R\$62 bilhões, foi de R\$1 bilhão – R\$1,08 bilhão –, o que significa 1,7%. Na verdade, a alíquota efetiva da Cfem foi de 1,7%. Será que isso inviabiliza a atividade mineral no País? Não acredito, meu caro Dr. Paulo, mas agradeço sua contribuição a esta nossa reunião.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Paulo e passo a palavra agora ao Exm^o Sr. Governador em exercício do Estado de Minas Gerais, Sr. Alberto Pinto Coelho.

Eu gostaria de dizer aos demais expositores que nós já estamos em processo de votação. Então, eu gostaria que fossem bem sucintos nas suas considerações finais.

O SR. ALBERTO PINTO COELHO – Eu quero apenas renovar a importância deste momento e também dizer que, a despeito de tudo o que foi aqui colocado com relação aos imperativos que se fazem para o exame do arcabouço e da regulação no novo marco regulatório da mineração, faz-se urgente, diante da realidade cotidiana dos Estados e dos Municípios, que a questão dos *royalties* tenha a celeridade indispensável, uma vez que estamos vivenciando um *boom* muito grande da mineração.

Para ficar num exemplo, estou vivenciando numa região do nosso Estado, com três cidades consideradas pequenas, a seguinte situação: uma mineração lá chegou, e um mineroduto de 600 quilômetros; portanto, é algo que não se imaginava há alguns anos, ainda que existissem as reservas, que se pudesse viabilizar a mineração nessa região.

Isso traduz o momento pujante da mineração, e realmente, se ele é pujante para a atividade, para as empresas, ele tem que ser também para a sociedade como um todo.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Governador e passo a palavra ao Relator, para suas considerações.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apenas gostaria de agradecer a contribuição do ilustre Governador Alberto Pinto Coelho, que conhece profundamente a matéria, e ele reitera a disposição do Estado de Minas também



de continuar contribuindo para que tenhamos um projeto que seja de interesse do País.

Portanto, agradeço ao Governador Alberto, e agradeço também ao Dr. Pedro Meneguetti, Secretário da Fazenda em exercício, por sua presença entre nós.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Anderson Costa Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil.

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Quero pontuar a fala do Paulo e dizer o seguinte para o Ibram: precisamos compreender exatamente o que significa a Cfem. Não é uma questão meramente de nomenclatura, se a Cfem é preço público, se é tributo, se é imposto ou o que seja. A Cfem é a compensação paga à União – portanto, à sociedade brasileira – por um bem que pertence a todos enquanto está debaixo da terra. Então, aquilo que está debaixo da terra, neste exato instante, pertence a cada um de nós, brasileiros, mineiros e cidadãos dos Municípios mineradores. A partir do momento em que a empresa desenvolve sua atividade e retira aquele bem que está ali debaixo da terra e o toma para si, ela precisa pagar essa compensação à sociedade. E isso é totalmente diferente de imposto, de tributo. É como se fosse o custo da matéria-prima dela.

E o desafio que faço a todos que insistem nessa tese é: qual outra indústria possui, como custo de matéria-prima, 0,7%? Porque, na verdade, Senador Aécio – permita-me ajustar o raciocínio que o senhor fez agora há pouco –, é 0,7%. Se tomarmos o faturamento da Vale de 2010, de R\$85 bilhões, e os R\$600 milhões que ela recolheu a título de Cfem, isso dá 0,7%. Que indústria tem isso?

Então, se tivermos de colocar a Cfem em alguma conta contábil, não é na conta dos impostos; é na conta da matéria-prima. E aí o desafio que faço é este: qual outra indústria, neste País ou neste mundo, paga, a título de custo de matéria-prima, 0,7% da sua receita, do seu faturamento? Particularmente, desconheço. Por isso essa compensação não é, absolutamente, justa com os Municípios, não é justa com a sociedade brasileira.

Da mesma forma, eu desenvolvo o raciocínio com relação à questão da competitividade. Falamos de uma previsão de lucro para a empresa de R\$45 bilhões. Nas propostas que existem aí, estamos falando de um acréscimo de dois ou três bilhões de reais na Cfem, o que abateria muito pouco essa enormidade de lucro que a empresa tem gerado. Acho difícil sustentar que isso seja capaz de comprometer a competitividade da empresa.

Queria também fazer uma explicação talvez mais bem colocada para não correr o risco de ser injustamente julgado. Os Municípios... E eu falei agora há pouco, Senador Flexa, da peneira que é a legislação atual de Cfem. Ela tem muitas brechas, e a gente precisa resolver essas brechas nessa proposta, nesse projeto de lei.



O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O projeto e o parecer do Senador Aécio extinguem qualquer brecha, porque a base é sobre o valor da *commodity* e acaba com qualquer elisão fiscal. Não é sonegação, não, é elisão. Ou seja, é legal, mas é imoral.

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Vou me permitir discordar do senhor, com todo o respeito. Acho que existem aspectos que precisam ser avançados. São aspectos técnicos. Acho que agora não é o momento. Mas o pedido que a gente faz é o seguinte: o projeto, da forma como está colocado hoje, não contempla os Municípios nesse aspecto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Como assim?

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Nesse aspecto das brechas e no aspecto de que nós estamos reduzindo – e aí o senhor vai me permitir concluir o raciocínio – a participação dos Municípios na Cfem de 65% para 50%. E nós levamos um bom tempo negociando, convencendo e levando os nossos argumentos para o Ministério de Minas e Energia de que a participação dos Municípios mineradores, mesmo com a nova alíquota e com a nova base de cálculo, deveria se manter em 65%.

Então o meu posicionamento aqui, de reivindicação e de crítica que nada tem a ver com crítica político-partidária, caro Senador, é uma crítica no sentido de que os Municípios reivindicam, sim, a manutenção da atual alíquota de participação deles, hoje colocada em 65%.

Por fim, eu não poderia também deixar de citar essa preocupação que os Municípios têm e que a gente considera um avanço quando o Senador Walter Pinheiro observa, no sentido de vincular a receita com a Cfem na aplicação desses recursos.

Hoje, por exemplo, a gente não percebe os recursos da Cfem que são arrecadados pelos Estados sendo aplicados nessas áreas.

Não estou questionando se estão aplicando numa coisa mais importante ou menos importante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Feita nos Municípios.

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Pelos Municípios é garantida pela lei atual. A gente precisa aperfeiçoar a vinculação para os Municípios e estabelecer a mesma vinculação para os Estados. Disso eu acho importante que não se abra mão.

De toda forma, eu quero trazer aqui a disposição dos Municípios, Senador Aécio e Senador Flexa, de contribuir, de participar, de que nos seja dado desta vez o direito à participação e à contribuição. Não estamos aqui para desconstruir nada. É louvável inclusive a atitude e todos os prefeitos bateriam palmas se a gente aprovasse esse projeto rapidamente, a título de urgência, mesmo porque todos nós, a maioria dos prefeitos dos Municípios mineradores, estamos no segundo mandato e o ano que vem será o último ano de mandato. Seria louvável essa conquista e teria, é claro, todo o nosso apoio. Mas de nada



adiantaria fazer algo para continuar tomando – com o perdão da palavra mais uma vez – rasteira devido às brechas que possam existir na legislação.

Então, queremos dar a nossa contribuição. O que estamos pedindo, Senadores, é o direito de que, desta vez, a gente possa participar e dar a nossa contribuição, ajudando para que esse processo possa seguir de forma mais ágil. E, é claro, não podemos abrir mão da participação dos 65% para os Municípios mineradores, que é onde acontece toda a tragédia que a mineração traz. Temos de ter condições para tentar minimizar os impactos negativos. Há os impactos positivos, que – não resta dúvida – são bons para todos, para o Estado, para a União, para os Municípios. O problema é que as situações graves estão ocorrendo dentro do nosso Município.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço-lhe, Prefeito Cabido, a sua colaboração.

Passo a palavra ao Relator, para que faça suas considerações.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Quero agradecer a presença ao Prefeito Cabido, que traz uma contribuição à discussão, sem dúvida alguma, quando fala da destinação dos recursos, da sua preocupação em relação a essas chicanas que são sempre colocadas, a essas brechas na legislação, que acabam judicializando permanentemente essa questão. Mas, num primeiro momento, tenho de tranquilizá-lo em relação àquilo que o Senador Flexa muito corretamente chamou de fim da elisão fiscal, a partir do momento em que, conjuntamente, Estado, Município e União procederão à apuração, a partir do resultado bruto das empresas. Isso significa que investimentos ou despesas com logística, com transporte, seja na esteira, seja em caminhões fora de estradas, entre várias outras despesas, não serão mais contabilizados no cálculo da Cfem. Isso dará, inclusive, Senador Walter, a possibilidade de planejamento aos Municípios e aos Estados.

Quanto à insistência de V. Exª nessa questão, permita-me também, muito objetivamente, discordar de V. Exª, quando fala em não abrir mão das alíquotas. Isso me lembra muito uma história da minha juventude, da minha infância. Como sabe V. Exª, fui criado ao lado da cidade de Congonhas, em São João del Rei. Uma vez, alguém me perguntou – guardei isto comigo: “Você prefere ter 100% da Kibon [Kibon é uma sorveteria que, inclusive, dá nome à principal rua da cidade] ou 0,5% da Volkswagen?”. Na época, algumas pessoas ficaram na dúvida quanto ao que era melhor.

V. Exª fala na manutenção dos 65%, e é impossível não se trazer a esta discussão em cima de que base esses valores serão calculados. Eu acho que V. Exª, Prefeito Cabido, com todo o respeito, terá dificuldades de dizer isso aos seus companheiros dos Municípios mineradores e até à população de Congonhas, que recebeu, no ano passado, R\$37 milhões. Neste ano, se aprovada a nossa proposta, o montante chegará a algo em torno de R\$110 milhões. Que perda é essa?



Há essa mudança na alíquota, na participação de Estados e de Municípios, pelas razões que aqui falei, como a necessidade de investimentos não dentro do Município minerador, mas em regiões limítrofes, na busca de induzir uma nova atividade econômica, para ocupar a mão de obra que estava ocupada com a mineração, quando se exaure essa atividade. E, obviamente, essa mudança na distribuição dos percentuais está vinculada ao aferimento em cima do resultado bruto. Então, não é correto dizer: “Quero que os Municípios fiquem com 65%”. É preciso que se diga que, com a nossa proposta, os Municípios terão 50% de algo cinco vezes maior do que estavam recebendo.

Na verdade, no fim de semana, li um artigo – vou falar rapidamente – de uma figura do Partido dos Trabalhadores que está um pouco na sombra na política e que condena, Senador Flexa, a proposta do Senador Aécio. Vou dizer aqui o autor. V. Ex^a se lembra dele, muitos se lembram dele, até porque ele não nos deixa esquecer dele. Ele se chama José Dirceu. No seu artigo, diz o seguinte: “A proposta do Senador Aécio Neves tira recursos dos Municípios. Cuidado com ela!”. Aí ele faz esse cálculo, exatamente o que está aqui externado pelo Prefeito, de que os Municípios sairão de 65% para 50% e de que os Estados passarão de 23% para 30%, ficando a União como está. Li o texto até o final, e, infelizmente, ele se esqueceu de dizer sobre que base seria calculada a nova participação dos Estados e dos Municípios.

Fica aqui um alerta apenas para que tenhamos muita disposição, todos nós. A Presidente Lúcia Vânia merece todas as nossas homenagens, pela forma extremamente correta com que conduziu mais esta reunião, entre tantas desta Comissão. O Senador Clésio tem dado a sua contribuição, bem como o Senador Flexa, autores dos projetos. Começamos a discutir objetivamente a questão da Cfem. Quando vier o projeto do Governo, obviamente, ele será incorporado a esta discussão e será muito bem-vindo. Não é importante quem é o autor; o importante é aonde nós queremos chegar. As nossas circunstâncias de governo, já disse a oposição, são efêmeras, são passageiras. Então, nós temos que compreender que temos aqui uma oportunidade e o Senado, tenho certeza, e esta Comissão presidida muito competentemente pela Senadora Lúcia Vânia não vai abdicar de cumprir o seu papel de legisladores e de defensores da federação.

Mais uma vez ao Senador Simão Jatene os meus agradecimentos e minha admiração que V. Ex^a conhece de tanto tempo. Vamos ouvi-lo no encerramento, que V. Ex^a encerrará com chave de ouro essa reunião. Eu já me antecipo nos cumprimentos a V. Ex^a e agradecendo as contribuições da sua equipe através do Senador Flexa, ao substitutivo que apresentamos até aqui e que obviamente está aberto a outros aprimoramentos.

Mais uma vez ao Governador Alberto Pinto Coelho, ao Prefeito Cabido, meus cumprimentos e agradecimentos pela presença na nossa Comissão.



A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Governador Jatene para suas considerações finais.

O SR. SIMÃO JATENE – Muito obrigado, Senadora. Eu quero apenas mais uma vez parabenizar a iniciativa da Comissão de realizar esta audiência pública; os Senadores que apresentaram projetos; o Senador Aécio, pelo seu relatório. Mas não poderia deixar de pontuar três aspectos que acho são importantes para nossa reflexão e que eu suponho, se não tivermos cuidado, podem se transformar em três armadilhas.

A primeira delas, sem dúvida alguma, é que não acho que exista incompatibilidade entre discutir o novo Código e a revisão da Cfem. Não existe, na minha avaliação, necessariamente, uma ordem de prioridade. Temos que, primeiro, chegar a uma conclusão do que será o novo Código para depois discutir a Cfem.

Nada é final, nada é absoluto. Então, entendo que esses dois debates podem se processar e aquilo que for possível, tenho certeza de que a Cfem, por já estar mais avançada, se chegue a um final feliz o mais rápido possível. O Estado do Pará já agradece ao Senado da República.

Essa eu acho que é uma armadilha que devemos evitar tentar colocar em conflito os dois ou a precedência deste ou daquele.

O segundo é que tenhamos muito cuidado de, por causa de casos, não criarmos problemas para causas. O que estamos discutindo são causas. Se essa causa tem rebote assim ou assado, nessa ou naquela empresa, que é uma questão de caso, isso não deve nos levar a nos desviarmos na discussão das causas.

Para mim esse é o ponto central, é o ponto importante.

O terceiro – e, meu caro Prefeito, permita discordar – é essa história de que é muito freqüente a gente ouvir: a vida se realiza no Município. A vida é lá. Então, precisa-se privilegiar os Municípios, etc. Eu quero dizer que sou absolutamente favorável ao desenvolvimento municipal. Criamos, recentemente, inclusive, um programa de desenvolvimento sustentável que tem o nome de Municípios Verdes e que ocupou por algum tempo o Jornal Nacional da última sexta-feira.

Então, isso é para evitar qualquer dúvida a respeito da nossa posição a respeito da questão da importância do desenvolvimento local. Mas o que é verdade? Primeiro, que grande parte dos impactos desses grandes projetos extrapolam as fronteiras dos Municípios. E para isso basta fazer um estudo da situação concreta do Município onde se instala e do seu entorno. Nós vamos ver o primo rico e os primos pobres no seu entorno.

Esse é um desafio para os Estados: a questão efetiva do desenvolvimento regional.

Tem uma segunda questão, que acho que é absolutamente fundamental que se registre. Sobretudo em função da desoneração das



exportações – e é bom que se esteja atento a essa questão –, a produção no Município gera valor agregado naquele Município, apesar de não gerar imposto. E como a partilha do ICMS é determinada pelo valor agregado, o Município onde se instala a empresa tem inclusive uma participação crescente na partilha do ICMS global. Então, é muito importante que se tenha isso.

No caso concreto do nosso Estado, para que o senhor tenha uma ideia, Parauapebas, Município onde está centrada a grande exploração de ferro, hoje, tem de índices de ICMS 16% e tem uma população que não alcança 220 mil habitantes. Belém, que é a capital do Estado, que tem mais de 1,5 milhão de habitantes, tem um índice de pouco mais de 20%.

Então, nós precisamos ter muito cuidado quando formos discutir essa história de privilegiar. Não temos que privilegiar nenhum Município ou Estado. Nós temos que compensar Município e Estado pelos desafios que têm a enfrentar na construção de um projeto de desenvolvimento, que, sobretudo, tem que ter necessariamente um caráter regional.

E, finalmente, para não me alongar, Dr. Paulo, eu queria lhe dizer o seguinte: o Pará – tenha certeza disso – não tem nenhum interesse de sangrar qualquer empresa. O que nós não queremos mais... Estamos cansados de sermos sangrados.

E finalmente, o País, este País que estamos neste momento discutindo, já em certo momento resistiu à abolição da escravatura, e muitos diziam que não resistiria. Então, eu acho que nós estamos acostumados. Este País tem uma capacidade fantástica de enfrentar e superar desafios. O que é importante é que se modernize. Com certeza, os senhores de escravos que dormiram ricos e acordaram pobres, por seu ativo ter desaparecido, encontraram equações decentes que nos permitiram chegar ao grau de modernidade que chegamos hoje. Eu não tenho dúvida de que é possível sim tratar a mineração de forma cuidadosa, respeitosa, para que ela possa contribuir para o desenvolvimento brasileiro, mas que possa também não ser necessariamente, para os Municípios e para os Estados onde ela termina se alojando, um elemento que penaliza a sociedade local.

Muito obrigado.

Parabéns, mais uma vez, ao Senado. Parabéns, Senadora Lúcia Vânia, pela condução do processo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço.

Eu solicitaria um instantinho, porque gostaria, neste momento, de agradecer a todos os expositores, de forma muito especial aos Senadores que aqui estiveram esse tempo todo, debatendo e prestando atenção. E de forma muito querida eu gostaria de deixar um abraço aos Deputados Federais que aqui estiveram, o Deputado Federal Gabriel Guimarães, do PT de Minas Gerais; o



Deputado Estadual Luiz Henrique, do PSDB de Minas Gerais; o Varela, que está aqui conosco; e o Deputado Arnaldo.

Por fim, vamos ouvir uma palavra rápida do Senador Cyro Miranda, que é do meu Estado, e eu não posso deixá-lo sem fala.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu agradeço, Presidente Lúcia Vânia.

Sr^{as} e Srs. Senadores, serei bem rápido. Trago também aqui uma visão empresarial. Eu acho que é meritório. Os Senadores que fizeram esse projeto estão de parabéns, mas não podemos perder de vista que nosso País é campeão em carga tributária. Sou radicalmente contra qualquer aumento de carga tributária. O que nós temos que analisar aqui também é que a União não faz a parte dela. A União recebe para ajudar os Estados e Municípios. Ela tem a maior parcela. Nós temos também a preocupação de que haja um fundo, mas que tem que ser feito pela União, de pesquisa, porque as empresas investem em pesquisa, cada uma na sua área. Então, eu acho que é uma equação que nós temos que ter, uma preocupação muito grande de saber como fechar.

Hoje, nós temos um competidor, a China. Ao olharmos todos os minérios, os chineses estão sempre juntos ou na nossa frente. Veja, se nós não formos competitivos, vamos começar a andar para trás. Foi o que aconteceu neste País em diversas áreas. Então, eu acho que é uma preocupação. Fica aqui um dado. O meu Estado também precisa disso, pois é um Estado que tem a mineração como base forte, mas não podemos perder de vista o que temos criticado diuturnamente, que é o aumento da carga tributária.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a todos e encerro com as palavras do Governador Jatene: este não é um debate de caso, mas de causa. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 4 minutos.)